

HAMILTON ALMEIDA FERREIRA

DOMINAÇÃO POLÍTICA:

LIDERANÇA CARISMÁTICA E POPULISMO

Um Estudo sobre a Dominação e a Transição do Poder Político em

Montes Claros na Década de 80

Florianópolis (SC), abril de 2001

HAMILTON ALMEIDA FERREIRA

DOMINAÇÃO POLÍTICA:

LIDERANÇA CARISMÁTICA E POPULISMO

Um Estudo sobre a Dominação e a Transição do Poder Político em

Montes Claros na Década de 80

**Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Santa Catarina – UFSC para
obtenção do título de Mestre em Direito.**

**Orientadora: Prof^a Dra. Olga Maria
Boschi Aguiar de Oliveira**

Florianópolis (SC), abril de 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – CPGD

MESTRADO INTERINSTITUCIONAL

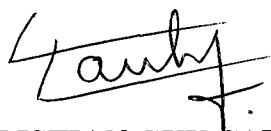
Hamilton Almeida Ferreira

DOMINAÇÃO POLÍTICA:

LIDERANÇA CARISMÁTICA E POPULISMO

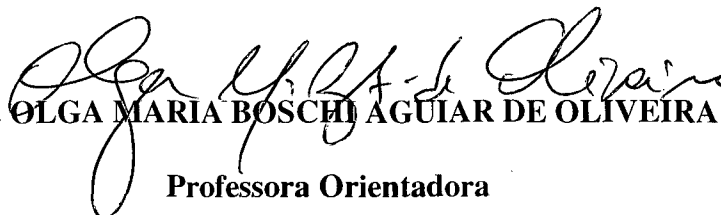
Um Estudo sobre a Dominação e a Transição do Poder Político em

Montes Claros na Década de 80



DR. CHRISTIAN GUY CAUBET

Coordenador do CPGD / CCJ / UFSC



DRª. OLGA MARIA BOSCHI AGUIAR DE OLIVEIRA
Professora Orientadora

Florianópolis (SC), 18 de abril de 2001.

Hamilton Almeida Ferreira

DOMINAÇÃO POLÍTICA:

LIDERANÇA CARISMÁTICA E POPULISMO


Um Estudo sobre a Dominação e a Transição do Poder Político em

Montes Claros na Década de 80

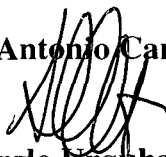
Dissertação aprovada para obtenção do grau de Mestre junto ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina pela Banca Examinadora:


Presidente: **Prof.^a Dr.^a Olga Maria Boschi Aguiar De Oliveira**

Membro: **Prof. Dr. Christian Guy Caubet**



Membro: **Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer**



Suplente: **Prof. Dr. Sérgio Urquhart Cademartori**

Florianópolis (SC), 18 de abril de 2001.

Dedico este trabalho a minha “Tiazé” – Maria José Almeida, que faleceu durante o desenvolvimento desta pesquisa, pelo seu carinho e por toda aflição que sofreu durante minhas viagens à Florianópolis; a minha Mãe – Maria Neusa Almeida, que sempre rezou para que tudo fosse concluído de forma feliz; ao “Nato” – Eunápio, meu irmão e amigo que o tempo todo me ajudou e conviveu comigo nesta caminhada rumo à vitória; e a Deus, por ser Ele o sentido e a razão de tudo.

AGRADECIMENTOS

No desenvolvimento deste trabalho, várias são as pessoas que marcaram a participação no intuito de colaborar ou apoiar para que tudo fosse construído com o maior empenho possível. São a elas que destino os meus agradecimentos.

Ao meu irmão Eunápio – “Nato”, em especial, pelo incentivo a ingressar neste Mestrado, pelo apoio no planejamento dos estudos, antes e durante o mestrado; pelo companheirismo nas viagens que tivemos que fazer à Florianópolis; pela sabedoria em dirimir os problemas ocorridos e pelo exercício do verdadeiro sentimento de irmão na convivência cotidiana. A ele declaro, não somente um agradecimento por tudo isto, mas também o meu respeito em mais alto grau.

A minha mãe, Maria Neusa, pela luta diária e dedicação, trabalhando e rezando, para que todo o nosso trabalho fosse abençoado por Deus e recompensado com um reconhecimento acadêmico.

A minha “Tiazé” – Maria José, em memória, por sua abdicação em prol da felicidade e bem estar de seus sobrinhos; por todo o seu trabalho incessante em toda sua vida e pelas orações que fizera durante todo o Curso.

A toda a minha família que sempre me apoiou e fez votos para que pudesse concluir bem este trabalho.

Aos amigos e colegas Herbert e Famblo, que juntamente comigo e o Eunápio, dividiram a convivência da estada em Florianópolis por vários meses, pela tolerância nos momentos difíceis da convivência e pela amizade verdadeira que demonstraram durante todo o Curso.

Aos demais colegas, que também passaram, assim como eu, por vários momentos de alegrias e tristezas, transtornos e vitórias longe de seus lares, pelo cooperativismo e coesão, sem endogenias, no transcorrer do Mestrado.

Aos professores e funcionários do CPGD/UFSC, pelo profissionalismo e empenho em nos oferecer o Curso de Mestrado em mais alto nível.

Aos professores e funcionários da UNIMONTES responsáveis pela implantação e realização deste Curso.

E, a DEUS, criador de tudo, por sempre me oferecer condições e oportunidades neste sentido, para que eu possa, com isso, cumprir uma missão. Ciente dela, trabalharei muito para cumpri-la.

***"Qualquer dominação social só existe, porque
a própria sociedade aceita e a legitima."***

CLAUSS OFFE

Sociólogo e Cientista Político

SUMÁRIO

RESUMO.....	XI
RESUMEN.....	XIII
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I - AS FORMAS DE DOMINAÇÃO EM MAX WEBER	
1.1. Formas de dominação.....	05
1.1.1. A organização dos setores dominantes.....	10
1.2. A dominação burocrática.....	13
1.3. A dominação patriarcal (tradicionalismo e patrimonialismo).....	19
1.3.1. Breve abordagem sobre o feudalismo.....	25
1.4. A dominação carismática.....	28
1.4.1. A sucessão carismática.....	34
CAPÍTULO II – ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO POPULISMO	
2.1. O conceito de populismo.....	38
2.2. Breve histórico sobre o populismo.....	44
2.2.1. O populismo russo e o norte-americano.....	47
2.3. Aspectos políticos, econômicos e sociais do populismo.....	50
2.4. O populismo na América Latina.....	54
2.4.1. A formação dos Estados populistas.....	60
2.5. O populismo no Brasil.....	65
CAPÍTULO III - A DOMINAÇÃO E A TRANSIÇÃO DO PODER POLÍTICO EM MONTES CLAROS NA DÉCADA DE 80	
3.1. O cenário político nacional e local nas décadas que antecedem o movimento oposicionista de 1982.....	77
3.1.1. As administrações municipais e seus gestores.....	81

3.2. As instituições burocráticas de poder.....	84
3.3. Os movimentos oposicionistas.....	88
3.4. As organizações partidárias e a transição política.....	91
3.5. O surgimento de um novo líder político: a trajetória de Luiz Tadeu Leite.....	98
CONCLUSÃO.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117

RESUMO

Esta pesquisa tem por objeto um estudo em análise comparativa, numa abordagem tipológica, das formas de dominação política apresentadas pela teoria sócio-política de Max Weber em sua obra *Economia e Sociedade*. Isto identificado em um âmbito definido de exercício do poder político.

Os *tipos fundamentais “puros” de dominação política* estudados proporcionam um enorme espaço, dentro dos diversos exemplos históricos, para que possam ser analisados. Desta forma, a pesquisa busca delimitar o campo de trabalho em um só tipo de dominação num estudo proposto na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, no início da década de 80, período de grandes transformações políticas.

A *dominação carismática*, que encontra o seu fundamento na entrega ao extraordinário, na crença no carisma, na revelação ou graça concedida a determinada pessoa – um herói ou redentor político, por exemplo – é o principal ponto de estudo deste trabalho. Além da dominação carismática, esta pesquisa apresenta ainda os outros dois tipos fundamentais de dominação: a *dominação burocrática*, baseada num sistema de regras racionais estatuídas e a *dominação patriarcal*, centrada no tradicionalismo e no patrimonialismo e que encontra seu fundamento na autoridade pessoal e na tradição sagrada.

Também será apresentada nesta pesquisa uma abordagem sobre o populismo – fenômeno ou fórmula política, cuja fonte principal de inspiração e

termo constante de referência é o povo, e que pode ocorrer em virtude de uma dominação imposta ou dirigida por um líder carismático, em qualquer tipo de regime político implantado num país ou numa comunidade. Em estudo, o surgimento do Estado populista brasileiro, que teve Getúlio Vargas, como seu principal representante.

A pesquisa finaliza em torno da dominação e transição do poder político em Montes Claros, iniciadas no final dos anos 70 e efetivadas no início da década de 80, com uma grande mobilização popular cujo principal líder era *Luiz Tadeu Leite*, que representava o ponto convergente da oposição política naquele momento e o redentor político que a cidade esperava.

RESUMEN

Esta investigación tiene por objetivo un estudio en análisis comparativa, en un abordaje tipológico, de las formas de dominación política presentadas por la teoría socio-política de Max Weber en su obra *Economía y Sociedad*. Esto, identificados en un ámbito definido de ejercicio del poder político.

Los tipos fundamentales “puros” de dominación política estudiados, proporcionan un enorme espacio, dentro de los diversos ejemplos históricos, para que puedan ser analizados.

De esta forma, la investigación busca delimitar el campo de trabajo en un tipo solo de dominación en un estudio propuesto en la ciudad de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, en el inicio de la década de 80, período de grandes transformaciones políticas.

La dominación carismática, que encuentra su fundamento en la entrega a lo extraordinario, la creencia en el carisma, en la revelación o gracia concedida a determinada persona – un héroe o redentor político, por ejemplo – es el principal punto de estudio de este trabajo.

Además de la dominación carismática, este trabajo presenta aún los otros dos tipos de dominación: *la dominación burocrática*, basada en un sistema de reglas racionales establecidas y *la dominación patriarcal*, centrada en el tradicionalismo y en el patrimonialismo y que encuentra su fundamento en la autoridad personal y en la tradición sagrada.

También será presentado en esta pesquisa un abordaje sobre el populismo. Fenómeno o formula política, cuya fuente principal de inspiración y término constante de referencia es el pueblo y que puede ocurrir en virtud de una dominación impuesta o dirigida por un líder carismático en cualquier tipo de régimen político implantado en un país o en una comunidad. En estudio, el surgimiento del Estado populista brasileño, que tuvo Getúlio Vargas como su principal representante.

La pesquisa finaliza en torno de la dominación y transición del poder político en Montes Claros, iniciadas al final de los años 70 y efectivadas en el inicio de la década del 80, con una gran moviliza popular que tenía como líder principal *Luiz Tadeu Leite*, que representaba el punto convergente de la oposición política en aquel momento y el redentor político que la ciudad esperaba.

INTRODUÇÃO

A proposta apresentada por este trabalho está direcionada para analisar as formas de dominação política identificadas por Max Weber, num âmbito definido de exercício do poder político. *Os tipos fundamentais de dominação política* proporcionam um enorme espaço, dentro dos diversos exemplos históricos, para que possam ser analisados. Desta forma, tornou-se imprescindível a delimitação metodológica do campo de trabalho.

A base teórica utilizada para a construção desta dissertação foi a obra *Economia e Sociedade* de Max WEBER, onde ele trata, dentre outros pontos, da sociologia da dominação. E, no auxílio bibliográfico para o desenvolvimento da pesquisa, os outros referenciais utilizados foram as seguintes obras: *O Colapso do Populismo no Brasil* de Octavio Ianni e *O Populismo na Política Brasileira* de Francisco Weffort, que formam a base do segundo capítulo.

A análise do problema criado encontra-se no estudo das grandes transformações políticas ocorridas no início da década de 80 na cidade de Montes Claros, localizada ao norte do Estado de Minas Gerais, que teve, pela primeira vez em sua história, o comando do poder político local nas mãos de um político que não é originário das classes oligárquicas, até aquele momento dominante.

A hipótese investigada oferece condições de verificar, nesta transição de poder em Montes Claros, se ocorre ou não um enquadramento

característico deste político à qualificação proposta por WEBER a uma determinada forma de dominação, a saber: *a liderança carismática*.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados o método indutivo de abordagem e o método tipológico de procedimento. Vez que, além da análise sobre os tipos e formas de dominação política, também foi ponto de estudo deste trabalho as características das circunstâncias políticas que cercaram o político Luiz Tadeu Leite, bem como as comparações implícitas do complexo político-social com os tipos e formas de dominação política propostos por Max WEBER. Para isso foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental e, como instrumento de coleta de dados a entrevista.

Definidas as bases doutrinárias para o desenvolvimento da pesquisa, bem como os métodos e técnicas a serem utilizadas, o trabalho inicia-se em seu primeiro capítulo, com um estudo teórico das formas de dominação propostas por Max WEBER, e apresentando a relevância do papel desempenhado pela dominação em todos os tipos de formação social, seja ela, economicamente, mais ou menos importante. Apresenta ainda os três tipos fundamentais “puros” de dominação: a *dominação burocrática*, baseada num sistema de regras racionais estatuídas; a *dominação patriarcal*, centrada no tradicionalismo e no patrimonialismo e que encontra seu fundamento na autoridade pessoal e na tradição sagrada; e, a *dominação carismática*, que se fundamenta na entrega ao extraordinário, na crença no carisma, na revelação ou graça concedida à determinada pessoa – um herói ou redentor político, por exemplo. A dominação carismática é o principal ponto de estudo deste trabalho.

No segundo capítulo será feita uma abordagem sobre o populismo. Fenômeno ou fórmula política, cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, e que pode ocorrer em virtude de uma dominação imposta ou dirigida por um líder carismático em qualquer tipo de regime político implantado num país ou numa comunidade. Serão apresentados o conceito e um histórico sobre o populismo; além de formas de populismo ocorridas na Rússia, que tinha este como um movimento de intelectuais que propunham lutar e sacrificar suas vidas e a liberdade em benefício do “povo”; e nos Estados Unidos, que apresenta características próprias e que se desenvolveu entre proprietários e trabalhadores agrícolas, na última década do século XIX; bem como aspectos do populismo latino americano que surge, como um fenômeno típico da passagem da sociedade tradicional, arcaica ou rural, para a sociedade moderna, urbana ou industrial, na época em que o Estado oligárquico entra em sua maior crise na grande depressão econômica dos anos trinta. Também neste capítulo será apresentado o surgimento do Estado populista brasileiro, que teve em Getúlio Vargas seu principal representante.

No terceiro e último capítulo a pesquisa se desenvolverá em torno da dominação e transição do poder político em Montes Claros, iniciadas no final dos anos 70 e efetivadas no início da década de 80, com uma enorme mobilização popular que tinha como principal líder Luiz Tadeu Leite, representando o ápice da oposição e o redentor político que todos esperavam. Serão descritos, no transcorrer deste capítulo, o cenário político em que se encontrava o Brasil e a região antes e durante o movimento oposicionista de 1982 ocorrido na cidade. Serão apresentadas, também, as principais formações das administrações de Montes Claros, bem como

das instituições de poder local; os movimentos oposicionistas, liderados por estudantes e operários com o apoio da igreja católica; as organizações partidárias durante o período da transição política. Para encerrar o capítulo, será desenvolvida, dentro das técnicas de pesquisa acima citadas, a trajetória política e da vida de Luiz Tadeu Leite, figura preponderante para o estudo investigativo do objeto deste trabalho científico.

CAPÍTULO I

AS FORMAS DE DOMINAÇÃO EM MAX WEBER

1.1. Formas de dominação

WEBER apresenta a “*dominação*”¹, num sentido mais amplo, como um dos elementos mais importantes da ação social. Isso não representa que toda ação social possui uma estrutura direcionada a uma forma de dominação, mas, em sua maioria, há uma correlação entre uma e outra. E isto é possível constatar, pois, em diversas estruturas, sejam elas públicas ou privadas, filantrópicas ou capitalistas, há como detectar ações que apontam para uma determinada forma de dominação. A título de exemplo, um colégio católico tem em sua estrutura padrões de conduta e comportamento que nem sempre estarão presentes numa escola laica. Assim como um órgão público, no Brasil, não apresentará o mesmo estilo de trabalho que um privado. Os fins são distintos assim como suas ações e, por conseguinte a maneira de exercer a dominação é diferente.

¹ WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999, p. 187

Assim como constata WEBER “*todas as áreas da ação social, sem exceção, mostram-se profundamente influenciadas por complexos de dominação*”.²

Ela funcionará, em determinados casos, como uma mola impulsionadora, seja dando forma a uma ação associativa, seja promovendo uma adequação funcional, ou seja, orientando ações para um determinado objetivo.

Nas formações sociais de todos os tipos, seja as economicamente mais relevantes ou menos relevantes, a dominação desempenha um papel claro de *poder*³, porém nem toda posição de poder manifesta-se como forma de dominação. Mas, em grande parte das formas de dominação, o modo como os meios econômicos são empregados para conservar a dominação influencia, diretamente, na estrutura em que se exerce o poder. Também ajuda na definição da estrutura, aquela função intermediária que possui o interesse em obedecer, para obter ou manter o poder de domínio sobre aqueles em funções inferiores.

Nem sempre a dominação busca alcançar, para seus detentores, uma quantidade expressiva de bens, a simples disposição de bens, ou seja, na mão de quem os bens estiverem, ou como esta pessoa disporá dos bens, ocasionalmente estará exercendo, direta ou indiretamente uma forma de dominação. Uma determinada pessoa, escolhida para ocupar um cargo de secretário de ação social, cuja uma das funções é a distribuição de alimentos, poderá canalizar esta ação de

² WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p. 187.

³ Em sentido social, o poder pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: poder do homem sobre o homem. No campo da política, o poder é considerado como uma das variáveis fundamentais, em todos os setores de estudo da política: na análise das burocracias, das organizações de estruturas hierárquicas, das relações internacionais, dos sistemas políticos nacionais e locais. Desta forma, o poder está ancorado por um lado na institucionalização e na legitimação da autoridade e, por outro na possibilidade efetiva do recurso à ameaça e, como extrema medida, ao uso da violência. BOBBIO, N. *Dicionário de Política*.

diversas formas, seja atendendo a interesses pessoais ou de quem o colocou no cargo, vislumbrando para um ou para o outro um cargo público de maior relevância onde poderá exercer o domínio político. A maneira como sua atividade for exercida irá determinar por consequência as atitudes do assistido que, para sua subsistência, deixará ser influenciado.

Este tipo de dominação não é exclusivo de pessoas físicas, certas e determinadas, há também ações, de cunho econômicas, proporcionadas por comunidades econômicas mais sólidas que, em sua própria estrutura e, por conseguinte nas suas ações de mercado ou mesmo políticas, implicam na dominação. Isto fica claro, principalmente quando esta estrutura vem a partir de empresas multinacionais que impõem sua lei de mercado obrigando a quem utilizar seus produtos ou serviços adequar as suas regras, não havendo, desta forma, escolha para o consumidor ou usuário final. Ditam as regras, o funcionamento do mercado e a conduta a ser adotada, transferem para as comunidades em desenvolvimento um padrão de comportamento nos moldes em que são praticados na sede. Trata-se de uma forma de dominação que tornam as comunidades submetidas a estes produtos, serviços ou padrões de comportamento em comunidades dominadas.

As formas com as quais são possíveis elencar os conceitos de dominação fazem com que não se restrinja a um único significado. WEBER estabelece que é impossível estabelecer um conceito abrangente de todas as formas, condições e conteúdos do “dominar”.

“Por isso, queremos somente ter em conta que, além de numerosos outros tipos possíveis de dominação, existem

dois tipos radicalmente opostos. Por um lado, a dominação em virtude de uma constelação de interesses (especialmente em virtude de uma situação de monopólio), e, por outro, a dominação em virtude de autoridade (poder de mando e dever de obediência). O tipo mais puro da primeira é a dominação monopolizadora no mercado, e, da última, o poder do chefe de família, da autoridade administrativa ou do príncipe”.⁴

É sobre a dominação em virtude de autoridade que este trabalho será desenvolvido.

Um dos elementos preponderantes do poder de autoridade⁵ é a propriedade⁶, que não se limita ao poder no mercado. A propriedade proporciona amplo poder social quando está ligada diretamente a uma relação na sociedade em que vive, o que corresponde à atual posição social do homem que tem a propriedade de uma empresa de jornais ou da mulher que tem uma loja de roupas. Essas relações podem assumir traços diretamente autoritários, não apenas no mercado, mas também nas relações da vida social produzindo “dominação” no sentido mais amplo, transformando este homem no “dono da palavra” ou desta mulher na “rainha das roupas”.

Para que ocorra a relação entre dominador e dominado, não apenas diretamente na esfera das relações ou dos mercados privados, mas também em outras

⁴ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.188.

⁵ Para WEBER, as relações de mando e de obediência, mais ou menos confirmadas no tempo, e que se encontram tipicamente na política, tendem a se basear não só em fundamentos materiais ou no mero hábito de obediência dos súditos, mas também e principalmente num específico fundamento de legitimidade. Deste poder legítimo, que é muitas vezes designado pela palavra AUTORIDADE.

⁶ O substantivo propriedade deriva do adjetivo latino *proprius* e significa: que é de um indivíduo específico. Objeto que pertence a alguém de modo exclusivo, direito de possuir alguma coisa, ou seja, de dispor de alguma coisa de modo pleno, sem limites, independentemente da posse. No que se relaciona com o poder é o seu reconhecimento no plano do direito, da legitimidade, seja da propriedade privada ou não. BOBBIO, N. *Dicionário de Política*.

situações de dominação, é necessário que haja a obediência, tal como explicita WEBER:

“Por dominação compreendemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (mandado) do ‘dominador’ ou dos ‘dominadores’ quer influenciar as ações de outras pessoas (do ‘dominado’ ou dos ‘dominados’), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (‘obediência’).”⁷

A obediência pode ser refletida no cumprimento do mandado por convicção de sua conformidade, por um sentimento de obrigação, por medo, por “mero costume” ou por causa de vantagens pessoais, sem que a diferença tenha uma importância sociológica. Quem exerce a dominação está administrando um poder de domínio. A dominação manifesta-se e funciona como administração. Esta precisa, de alguma forma, da dominação, pois, para dirigi-la, é necessário que certos poderes de mando se encontrem nas mãos de alguém, e este alguém é o administrador. O poder de mando pode assumir várias aparências, até mesmo aquela em que o dominador é um “servidor público” a serviço dos dominados. Caso que pode ocorrer nas “administrações públicas” ou “administrações democráticas” onde o concurso para assumir o comando de uma repartição é o meio utilizado, haja vista que para almejar tal posto existe um pressuposto de qualificação ou por algum tipo de benefício pelo tempo e experiência naquela função que vários exercem, o que pode provocar uma minimização da extensão do poder de mando.

⁷ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.191.

A estima pelos mais experientes no exercício de uma função conserva-se onde importa o valor útil objetivo da experiência ou o poder subjetivo da tradição ou das normas de uma determinada instituição. O desenvolvimento qualitativo e quantitativo das tarefas administrativas favorece, em longo prazo, inevitavelmente, a continuidade efetiva de pelo menos uma parte dos funcionários, porque a superioridade técnica na administração dos assuntos públicos fundamenta-se em treinamento e experiência. Neste sentido torna-se conseqüente a formação social especial e perene para os fins administrativos e para o exercício da dominação.

1.1.1. A organização dos setores dominantes

A camada constituída de pessoas que exercem funções de domínio sobre aquela camada inferior, em termos quantitativos, tem sua conservação no poder baseado na organização dos setores dominantes, ou seja, na possibilidade existente para a minoria dominante de comunicar-se internamente com rapidez especial, de dar origem, a cada momento, a uma ação social racionalmente organizada que serve para a conservação de sua posição de poder e de dirigi-la de forma planejada. A vantagem dos setores dominantes organizados sobre os dominados é plenamente eficaz quando os dominadores guardam segredo de suas intenções, das decisões e do conhecimento, atitude que se torna mais difícil e improvável com o aumento da camada dominante.

A validade da dominação dos setores dominantes sobre as massas dominadas é analisada da seguinte forma por WEBER:

“A circunstância de que no caso da dominação essa fundamentação de sua legitimidade não é uma questão de especulação teórica ou filosófica, mas tem a ver com diferenças muito reais entre estruturas de dominação empíricas, deve-se à necessidade muito geral de todo poder, e até de toda oportunidade de vida, de autojustificação. A mais simples observação mostra que, quando existem contrastes acentuados entre o destino ou a situação de duas pessoas, seja quanto à saúde ou à situação econômica, social ou outra qualquer, aquele que se encontra na situação mais favorável, por mais patente que seja a origem puramente ‘casual’ da diferença, sente a necessidade incessante de poder considerar o contraste que o privilegia como ‘legítimo’, a situação própria como ‘merecida’, e a do outro como resultado de alguma ‘culpa’ dele. Isto ocorre também nas relações entre grupos humanos positiva e negativamente privilegiados. A ‘lenda’ de todo grupo altamente privilegiado é sua superioridade natural, às vezes até ‘de sangue’.”⁸

A subsistência de toda “dominação” depende da autojustificação mediante o apelo aos princípios de sua legitimação. São três os princípios, propostos por WEBER, que podem validar um poder de mando legitimando a dominação:

a) *Poder Burocrático*: Baseado num sistema de regras racionais estatuídas (pactuadas ou impostas) que encontram obediência quando a pessoa por elas “autorizada” a exige. O portador individual do poder de mando está legitimado por aquele sistema de regras racionais, sendo seu poder legítimo, na medida em que é exercido de acordo com aquelas regras. Obedece-se às regras e não à pessoa,

⁸ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p. 197.

ocorre quando a ação social de uma formação de dominação se baseia numa relação associativa racional.

b) *Poder Tradicional*: Encontra seu fundamento na autoridade pessoal, na tradição sagrada, isto é, no habitual, no que tem sido assim desde sempre, tradição que prescreve obediência diante de determinadas pessoas. A ação social, numa visão vinculada a relações de autoridade tradicionais, esta tipicamente representada pelo “patriarcalismo”.

c) *Poder Carismático*: A formação de dominação “carismática” apóia-se na autoridade não racionalmente nem tradicionalmente fundamentada de personalidades concretas, esta pode encontrar seu fundamento na entrega ao extraordinário; na crença no carisma, isto é, na revelação atual ou na graça concedida à determinada pessoa - em redentores, profetas e heroísmo de qualquer espécie.

Estes princípios formam o que WEBER denomina de “tipos fundamentais ‘puros’ da estrutura da dominação”, que serão abordados nos tópicos seguintes para a compreensão da pesquisa. Será oferecida à *dominação carismática* uma maior ênfase, tendo em vista ser esta o objeto de estudo deste trabalho.

1.2. A dominação burocrática

Alguns fatores, que formam o princípio das competências oficiais fixas, constituem a existência de uma autoridade burocrática, seja na dominação baseada no direito público ou na dominação de uma empresa burocrática de economia privada. São eles:

a) A existência de uma forma de distribuição fixa das atividades regularmente necessárias para realizar os fins do complexo burocraticamente dominado, como deveres oficiais;

b) A necessidade dos poderes de mando, determinados para cumprir estes deveres, estarem fixamente distribuídos, e os meios coativos (físicos, sacros ou outros) que eventualmente podem empregar devem estar também fixamente delimitados por regras;

c) Criação de providências planejadas, contratando pessoas com qualificação regulamentada de forma geral, para o cumprimento regular e contínuo dos deveres assim distribuídos e para o exercício dos direitos correspondentes.

Outro princípio que constitui o funcionamento do poder burocrático é o da hierarquia dos cargos. Trata-se do sistema devidamente regulamentado de mando e subordinação das autoridades, com fiscalização das autoridades inferiores pelas superiores, oferecendo ao mesmo tempo, ao dominado a possibilidade de apelar de uma autoridade inferior à instância superior desta.

Para que uma administração seja considerada moderna e organizada, esta tem que se basear na organização dos seus documentos, cujo original sempre se registra e arquiva, e ter um quadro de funcionários subalternos e escrivães de todas as espécies, além de separar, por princípio, o escritório da moradia privada, distinguindo em geral a atividade oficial, como área especial, da esfera da vida privada, e os recursos monetários e outros meios oficiais da propriedade privada do funcionário. Constitui um escritório o conjunto dos funcionários que trabalham numa instituição administrativa e também todo o aparato correspondente de objetos e documentos. Formação que por toda parte é produto de um longo desenvolvimento. Encontra-se esta estrutura tanto nas empresas públicas quanto naquelas da economia privada, estendendo-se nestas últimas, também, ao empresário dirigente ou a profissionais liberais.

O funcionário que compõe o escritório de uma repartição, seja pública ou de economia privada, pode ser considerado moderno, quando aspira sempre a uma ascensão social, sempre buscando crescer na hierarquia da estrutura burocrática até conseguir um cargo que lhe dê poder de domínio. O tipo puro do funcionário burocrático é nomeado por uma instância superior; caso o funcionário seja eleito pelos dominados deixa de ser uma figura puramente burocrática. O funcionário não-eleito, mas nomeado por um superior, costuma funcionar, do ponto de vista técnico, com maior precisão. Os dominados, como leigos, somente podem julgar o grau de qualificação técnica de um candidato a um cargo pelas experiências feitas com ele. Desta forma, a eleição popular não apenas do chefe administrativo, como também de seus funcionários subordinados, além de debilitar a dependência

hierárquica, costuma ameaçar fortemente o funcionamento preciso do mecanismo burocrático, comprometendo a estrutura burocrática.

O avanço da organização burocrática sempre foi sua superioridade técnica sobre qualquer outro tipo de estrutura. Conhecimento da documentação, precisão, rapidez, continuidade, discrição, uniformidade, subordinação rigorosa, diminuição de atritos e custos materiais e pessoais alcançam o ótimo numa administração rigorosamente burocrática exercida por funcionários individuais treinados, em comparação a todas as formas colegiais ou exercida como atividade honorária ou acessória. No que se refere às tarefas mais complexas, o trabalho burocrático remunerado não apenas é mais preciso, como também muitas vezes mais barato no resultado final do que o formalmente não-remunerado.

A atividade honorária (função honorífica) é uma atividade acessória, por isso funciona mais devagar, está menos vinculada a esquemas e não é tão formal e, portanto, de menor precisão e também menos uniforme, por não depender demasiadamente das autoridades superiores, é menos contínua. Com isso os gastos efetivos são muito mais altos na administração burocrática que funciona com atividade não-remunerada por perda de tempo e falta de precisão.

Com o desenvolvimento em alta escala dos aparatos burocráticos, torna-se mais econômico investir em funcionários bem qualificados. Nesse sentido WEBER expõe:

“A exigência da realização mais rápida possível das tarefas oficiais, além de inequívoca e contínua, é atualmente dirigida à administração, em primeiro lugar, pela economia

capitalista moderna. As modernas empresas capitalistas de grande porte são elas mesmas, em regra, modelos inigualados de uma rigorosa organização burocrática. Suas relações comerciais baseiam-se, sem exceção, em crescente precisão, continuidade e, sobretudo, rapidez das operações. Isto está condicionado, por sua vez, pela natureza peculiar dos modernos meios de transporte e comunicação, dos quais faz parte, entre outras coisas, o serviço de informações da imprensa. A aceleração extraordinária na transmissão de comunicados públicos de fatos econômicos ou puramente políticos exerce, como tal, uma forte pressão contínua em direção à maior *aceleração* possível do tempo de *reação* da administração diante das situações dadas em cada momento, e o ótimo, neste sentido, pode somente ser alcançado, em regra, por uma organização burocrática rigorosa. (A circunstância de que o aparato burocrático pode também produzir, e de fato produz, certos obstáculos que impedem uma resolução adequada do caso individual não pode ser tratada neste lugar.) Sobretudo, porém, a burocratização oferece o ótimo de possibilidade para realizar o princípio da repartição do trabalho administrativo segundo aspectos puramente objetivos, distribuindo-se as tarefas especiais entre funcionários especializados, e que cada vez mais se aprimoram na prática contínua. (...) A realização conseqüente da dominação burocrática significa o nivelamento da 'honra' estamental e, portanto, quando não se restringe ao mesmo tempo o princípio da liberdade de mercado, a dominação universal da 'situação de classe'. Se esta conseqüência da dominação burocrática não se deu por toda parte paralelamente ao grau de burocratização, isto se deve à diversidade dos possíveis princípios que determinam a cobertura das necessidades nas comunidades políticas. Mas também para a burocracia moderna, o segundo elemento, as 'regras calculáveis', tem importância predominante. A peculiaridade da cultura moderna, especialmente a de sua base técnico-econômica, exige precisamente esta 'calculabilidade' do resultado".⁹

E WEBER completa, neste mesmo trecho, abordando sobre a desumanização provocada pela qualidade exigida pela melhor estrutura burocrática:

⁹ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.212.

“Ela desenvolve sua peculiaridade, bem-vinda ao capitalismo, com tanto maior perfeição quanto mais se “desumaniza”, vale dizer, quanto mais perfeitamente consegue realizar aquela qualidade específica que é louvada como sua virtude: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais. Em vez do senhor das ordens mais antigas, movido por simpatia pessoal, favor, graça e gratidão, a cultura moderna exige para o aparato externo em que se apóia o *especialista* não-envolvido pessoalmente e, por isso, rigorosamente ‘objetivo’ e isto tanto mais quanto mais ela se complica e especializa. E tudo isto a estrutura burocrática oferece numa combinação favorável. Sobretudo é só ela que costuma criar para a *jurisdição* o fundamento para a realização de um *direito* conceitualmente sistematizado e racional, na base de ‘leis’.”¹⁰

Torna-se necessário nos lugares onde existe a democracia de massas, que visa acabar com os privilégios patrimoniais e plutocráticos, ter uma administração que coloca o trabalho profissional remunerado no lugar da tradicional administração de atividades honorárias.

Uma estrutura burocrática plenamente realizada torna-se um complexo social quase que indestrutível. Como instrumento da transformação em - relações de dominação, ela era e continua sendo um meio de poder de primeira categoria para aquele que dispõe do aparato burocrático, pois, uma “ação associativa”, ordenada e dirigida de forma planejada, é superior a toda “ação de massas” ou “comunitária” contrária. Onde quer que a burocratização da administração tenha sido levada conseqüentemente a cabo, cria-se uma forma praticamente inquebrantável das relações de dominação. O funcionário individual não pode desprender-se do aparato do qual faz parte. Os dominados, por sua vez,

¹⁰ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.213.

não podem nem prescindir de um aparato de dominação burocrático, uma vez existente, nem substituí-lo, porque este se baseia numa síntese bem planejada de instrução específica, especialização técnica com divisão do trabalho e firme preparo para exercer determinadas funções habituais e dominadas com destreza. Se este aparato suspende o trabalho ou é forçado a fazê-lo, a consequência é um caos, sendo difícil a tarefa de improvisar uma instituição substitutiva, a partir dos dominados, para vencê-lo. Isto se aplica tanto à esfera administrativa pública quanto à da economia privada, tal como se verifica com as greves de funcionários públicos, bem como com as greves e manifestações das categorias pertencentes à economia privada.

Pode-se dizer, com certo cuidado, que a burocratização é fomentada pelo avanço da democracia, apesar de ser um fundamento particularmente favorável, não é o único possível para fenômenos de burocratização. E sempre cabe ter presente o fato de que a “democracia” é também inimiga do “domínio” da burocracia, podendo criar, neste papel, rupturas e obstáculos muito sensíveis para a organização burocrática. Mesmo assim, o poder da burocracia plenamente desenvolvida é sempre muito grande. Toda burocracia, quando desenvolvida, procura aumentar mais ainda a superioridade do profissional instruído, ao guardar segredo sobre seus conhecimentos e intenções. Busca sempre registrar os documentos e estabelecer formas claras para que qualquer um tenha acesso ao aparato burocrático.

Verifica-se que a estrutura burocrática é de caráter racional: regra, finalidade, meios, impessoalidade, fazem parte de suas atitudes. O seu surgimento e sua divulgação tiveram por toda parte efeito inovador que se caracteriza pelo avanço

do racionalismo em todas as áreas e também por aniquilar formas de dominação que não tinham caráter racional.

1.3. A dominação patriarcal (tradicionalismo e patrimonialismo)

A estrutura patriarcal da dominação se baseia em relações de piedade rigorosamente pessoais. Sua origem encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica. Com muita propriedade WEBER faz um paralelo entre a dominação burocrática e a patriarcal:

“(...) ambas encontram seu apoio interior, em última instância, na obediência a ‘normas’ por parte dos submetidos ao poder. Estas normas, no caso da dominação burocrática, são racionalmente criadas, apelam ao senso da legalidade abstrata e baseiam-se em instrução técnica; na dominação patriarcal, ao contrário, fundamentam-se na ‘tradição’; na crença na inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre. E a significação das normas é nas duas fundamentalmente diferente. Na dominação burocrática é a norma estatuída que cria a legitimação do detentor concreto do poder para dar ordens concretas. Na dominação patriarcal é a submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas, e somente o fato e os limites de seu poder de mando, têm por sua vez, sua origem em ‘normas’, mas em normas não-estatuídas, sagradas pela tradição”.¹¹

¹¹ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.234.

O poder de domínio patriarcal está inserido, pela tradição, na figura do “senhor” e caso o seu poder não esteja limitado pela tradição ou por poderes concorrentes, ele o exerce de forma ilimitada, arbitrária e sem compromisso com regras. Nestes casos de autoridade doméstica, situações remotas, naturalmente surgidas, é que vai construindo a fonte da crença na autoridade, baseada em piedade; na convivência especificamente íntima, pessoal e duradoura no mesmo lar, daqueles que são os dominados submetidos à comunidade doméstica; na superioridade normal da energia física e psíquica do homem, para a mulher submetida à autoridade doméstica; na necessidade objetiva de apoio, para a criança; no hábito e na influência persistente da educação e lembranças arraigadas da juventude, para o filho; e para o servo, baseada na falta de proteção fora da esfera de poder de seu amo ou patrão.

O patriarcalismo não se baseia somente em vínculos de sangue reais, a primitiva concepção patriarcal trata das relações entre procriação e nascimento, é o poder doméstico sob o aspecto de propriedade: os filhos de todas as mulheres submetidas ao poder doméstico de um homem, tanto da esposa como das escravas, eram considerados, independentemente da paternidade biológica, “seus” filhos, assim como são considerados seus gados os animais nascidos de seus rebanhos.

A dominação dos portadores de honra, assim como a dominação patriarcal, também é autoridade baseada na santidade da tradição. A honra social dentro de determinado círculo se torna a base de uma posição dominante com o poder de mando autoritário. O que a distingue da dominação patriarcal é ausência

daquelas relações de piedade específicas vinculada à pertinência a uma comunidade doméstica ou patrimonial.

O comunismo primitivo exercido nas comunidades domésticas, tanto na esfera sexual quanto na economia, está sendo submetido a limites cada vez mais estreitos, devido ao sucesso de outras formas de dominação, como a da “empresa” racional. Trata-se de uma descentralização da comunidade doméstica quando, numa propriedade extensa, certos membros não livres, incluem-se aí os filhos do dono da casa, são colocados em parcelas com moradia e família próprias e abastecidos com gado e utensílios, provocando uma debilitação interna do poder doméstico. Esta própria relação de dependência permanece uma relação de piedade e lealdade. Mas uma relação baseada em tal fundamento, por mais que se represente inicialmente uma denominação puramente unilateral, faz surgir a exigência de reciprocidade, por parte dos submetidos ao poder e, esta exigência, em virtude da natureza da relação, adquire reconhecimento social como “costume”. O senhor “deve”, portanto, alguma coisa ao submetido, não juridicamente, mais de acordo com o costume, tal como a proteção de perigos externos ou algo em troca da exploração da capacidade de trabalho do dominado. De acordo com o costume, o submetido deve ao senhor seu apoio, com todos os meios disponíveis, o apoio no caso de conflitos, o senhor pode-lhe ceder parte da propriedade, bem como o direito de tirar-lhe arbitrariamente, e também o costume considera originalmente óbvio o direito do dominador de dispor sobre as pessoas e os bens que deixa após a morte. Nestes casos da estrutura de dominação patriarcal, onde o poder doméstico é descentralizado mediante a cessão de terras e eventualmente de utensílios a filhos

ou outros dependentes da comunidade doméstica, WEBER denomina como “dominação patrimonial”.

A administração patrimonial cuida especificamente das necessidades, puramente pessoais, do senhor ou de seus “filhos”. A obtenção de um domínio “político” de um senhor sobre outros senhores, não submetidos ao poder doméstico, significa então a agregação ao poder doméstico de outras relações de dominação. Os dois poderes políticos, o poder militar e o judicial (nas comunidades onde estes são nomeados livremente), são exercidos como partes integrantes do poder doméstico. WEBER acolhe da seguinte forma esta relação política no patrimonialismo:

“O senhor patrimonial político está unido com os dominados numa comunidade consensual, a qual existe também independentemente de um poder militar patrimonial autônomo e se baseia na convicção de que o poder senhorial *tradicionalmente* exercido seja o direito legítimo do senhor. A uma pessoa neste sentido ‘legitimamente’ dominada por um príncipe patrimonial queremos chamar aqui de ‘súdito político’. Sua posição distingue-se daquela do livre companheiro militar ou jurídico pelo fato de ele ter que prestar serviços e contribuições para fins políticos”.¹²

Aparentemente o funcionalismo patrimonial, com a progressiva divisão das funções e racionalização, sobretudo com o aumento das tarefas escritas e o estabelecimento de uma hierarquia ordenada de instâncias, pode assumir traços burocráticos. Porém, falta ao cargo patrimonial a distinção burocrática entre a esfera “privada” e a “oficial”.

¹² WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.246.

A administração política é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exercício do seu poder político, como parte integrante de seu patrimônio pessoal. A forma com que ele exerce o poder é objeto de seu livre-arbítrio, desde que a santidade da tradição, que interfere por toda parte não lhe imponha limites. Toma decisões puramente pessoais até mesmo sobre a delimitação das competências e atribuições de seus funcionários. Nesta relação de delimitação das competências e das atribuições entre os funcionários patrimoniais, na medida em que a tradição sagrada não exige determinados atos oficiais por parte do senhor ou dos servidores, estas são produtos de livre-arbítrio.

Ao contrário da burocracia, o funcionário patrimonial tem uma relação, puramente pessoal, de submissão ao senhor. Mesmo ali onde o funcionário político não é pessoalmente um dependente da corte, o senhor exige sua obediência ilimitada no cargo. Pois a fidelidade ao cargo do funcionário patrimonial não é uma fidelidade objetiva do servidor perante tarefas objetivas, cuja extensão e conteúdo estão delimitados por determinadas regras, mas, sim, uma fidelidade de criado que se refere de forma rigorosamente pessoal ao senhor e constitui uma parte integrante de seu dever de princípio universal de piedade e fidelidade. Desta forma o complexo patrimonial político não conhece nem o conceito de “competência” nem o de “autoridade administrativa” no sentido atual das palavras, e isto tanto menos quanto maior a apropriação. Falta ao cargo, baseado em relações de subordinação puramente pessoais, a idéia do dever oficial objetivo. Nesse sentido WEBER define o estado patrimonial da seguinte forma:

“O estado patrimonial é, na área de formação do direito, o representante típico da coexistência de uma vinculação inquebrantável à tradição, por um lado, e, por outro, de uma substituição do domínio de regras racionais pela ‘justiça de gabinete’ do senhor e de seus funcionários. Em vez da ‘objetividade’ burocrática e do ideal, baseado na vigência abstrata de um direito igual e objetivo, da administração ‘sem considerações pessoais’, rege o princípio oposto. Simplesmente tudo se baseia expressamente em ‘considerações pessoais’, isto é, na avaliação do solicitante concreto e de seu pedido concreto e em relações, atos de graça, promessas e privilégios puramente pessoais. Também as apropriações e os privilégios concedidos pelo senhor – assim, sobretudo, as doações de terras, por mais definitivas que seja sua forma – são muitas vezes considerados revogáveis em caso de ‘ingratidão’, a qual se determina de forma muito vacilante, sendo, além disso, pouco seguros quanto a sua validade após a morte do senhor, em virtude da interpretação pessoal de todas as relações. Por isso, são apresentados ao sucessor para este confirmá-los. Dependendo da situação de poder, sempre instável, entre o senhor e os funcionários, este ato pode ser tanto entendido como cumprimento de um dever, constituindo, portanto, o caminho que conduz da revogabilidade à apropriação permanente, como direito adquirido, quanto, por outro lado, pode ser para o sucessor uma ocasião conveniente para abrir caminho à arbitrariedade própria, mediante a cassação de tais direitos especiais – meio que foi empregado repetidas vezes no processo de formação do Estado patrimonial-burocrático ocidental da era Moderna”.¹³

Nesta estrutura administrativa, a capacidade pessoal do senhor de impor sua vontade é, em alto grau, decisiva para a proporção em que este realiza na prática seu poder nominal. O senhor tenta de várias maneiras assegurar a unidade de sua dominação e protegê-la contra a apropriação dos cargos por parte dos funcionários e de seus herdeiros, e também contra outras formas de surgimento de

¹³ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.263-264.

poderes senhoriais. E para a manutenção do poder o senhor promove viagens regulares onde pessoalmente visita todo o território dominado.

1.3.1. Breve abordagem sobre o feudalismo

Dentro da estrutura patrimonial encontra-se o feudalismo, que é definido por WEBER como um “caso-limite” de estrutura patrimonial, no sentido da fixação das relações entre os senhores e os vassalos. O feudalismo tem origem dentro do comunismo doméstico patriarcal, onde se iniciou, na fase da economia patrimonial extensa, a relação de fidelidade baseada em contratos fixados. O feudo é um complexo de direitos que proporciona rendas e cuja posse pode e deve fundamentar uma existência senhorial, em direitos senhoriais territoriais e poderes políticos que proporcionam rendas.

As relações feudais são classificadas por WEBER da seguinte forma:

“1) feudalismo ‘litúrgico’: soldados estabelecidos como colonos, colonos fronteiriços, camponeses com deveres militares específicos (clerucos, *laeti*, *limitanei*, cossacos);

2) feudalismo ‘patrimonial’, subdividido em:

a) feudalismo vinculado ao ‘senhorio territorial’: recrutamento de colonos (por exemplo, pela aristocracia romana ainda durante a guerra civil, pelo faraó do antigo Egito;

b) feudalismo vinculado ao 'senhorio corporal': escravos (exército de escravos da Babilônia e do antigo Egito, tropas particulares da Arábia da Idade Média, mamelucos);

c) feudalismo vinculado à linhagem: clientes hereditários como soldados particulares (nobreza romana);

3) Feudalismo 'livre', subdividido em:

a) feudalismo de 'séqüito': exclusivamente em virtude de uma relação de fidelidade pessoal, sem concessão de direitos senhoriais territoriais (a maioria dos *samurais* japoneses);

b) feudalismo de 'prebenda': sem relações de fidelidade pessoal, apenas em virtude da concessão de senhorios territoriais e de tributos (Oriente Próximo, inclusive os feudos turcos);

c) feudalismo 'de vassalagem': combinação de relação de fidelidade pessoal e feudo (Ocidente);

d) feudalismo 'urbano': em virtude de uma associação de guerreiros, baseada em lotes concedidos pelo senhor territorial a cada um dos guerreiros (a *polis* helênica, típica do modelo de Esparta)".¹⁴

O feudalismo cria condições de auto-equipamento e treinamento militar profissional. Na guerra, o vassalo encontra na honra do senhor sua própria honra, na expansão de seu poder, a possibilidade de seus descendentes receberem feudos e, sobretudo, na conservação do domínio pessoal dele, que é o único *fundamento da legitimidade* da posse de um feudo.

¹⁴ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.290.

O único motivo para o senhor tirar o feudo de um vassalo é a “felonia”, trata-se do rompimento de fidelidade ao senhor pelo não cumprimento dos deveres feudais. Em contra-ponto o ato de deslealdade, por arbitrariedade, do senhor para com um vassalo faz com que destrua, internamente, as suas relações com todos os vassalos.

Diante dessa relação de deveres e de lealdade recíproca, WEBER propõe a seguinte afirmação:

“O feudalismo significa uma ‘divisão de poderes’. Só que não é, como a de Montesquieu, uma divisão qualitativa, como divisão de trabalho, mas sim uma simples divisão quantitativa do poder senhorial. Em certo sentido, trata-se de uma antecipação primitiva da idéia do ‘contrato social’, que conduz ao constitucionalismo e constitui o fundamento da divisão de poderes política. Mas não na forma de um pacto entre o senhor e os dominados ou seus representantes – considerando-se a submissão dos últimos à fonte do direito do senhor -, e sim na forma essencialmente diferente de um contrato entre o senhor e os portadores do poder derivado dele”.¹⁵

A estrutura de dominação feudal, com seus direitos e deveres exatamente definidos, exerce, em regra, uma influência estabilizadora sobre a distribuição individual dos bens. Isto ocorre em virtude do caráter fundamental da ordem jurídica. A associação feudal e as formações patrimoniais afins constituem uma síntese de direitos e deveres concretos de conteúdo individual. Constituem um caso amorfo de “Estado de direito” sobre a base não de ordens jurídicas “objetivas”, mas sim de direitos “subjetivos”.

¹⁵ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.299.

Então se verifica, numa abordagem ampla, que o feudalismo é o domínio dos poucos, dos aptos para o uso de armas, enquanto que o patrimonialismo patriarcal é a dominação das massas por um indivíduo que precisa de “funcionários”, como órgão da dominação, já o feudalismo minimiza esta necessidade. O patrimonialismo patriarcal, desde que não se apóie em exercícios patrimoniais recrutados no exterior, depende, quase sempre, da boa vontade dos súditos, dispensável em grande parte para o feudalismo.

1.4. A dominação carismática

No patriarcalismo, que tem como qualidade importante a continuidade, o patriarca é o líder natural da vida cotidiana. Na estrutura burocrática, que também possui caráter cotidiano, mas dentro da esfera racional, tem-se uma formação permanente e corresponde com seu sistema de regras racionais, à satisfação de necessidades constantes e calculáveis com meios normais. Em oposição a toda espécie de organização administrativa, a estrutura carismática não conhece nenhuma forma e nenhum procedimento ordenado de nomeação ou demissão, nem de carreira ou promoção; não conhece nenhum salário, nenhuma instrução especializada, regulamentada do portador do carisma ou de seus ajudantes e nenhuma instância controladora ou à qual se possa apelar; não lhe estão atribuídos

determinados distritos ou competência objetivas exclusivas e, por fim, não há nenhuma instituição permanente e independente das pessoas e da existência de seu carisma pessoal, à maneira das autoridades burocráticas. Ao contrário, o carisma conhece apenas determinações e limites imanentes. O portador do carisma assume tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Se as encontra, ou não, depende do *êxito*. Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante provas. O reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão. A satisfação de todas as necessidades que transcendem as exigências da vida econômica cotidiana tem fundamentos carismáticos.

O carisma é, em regra, na abordagem de WEBER:

“(...) qualitativamente singular, e por isso determina-se por fatores internos e não por ordens externas o limite qualitativo da missão e do poder de seu portador. Segundo seu sentido e conteúdo, a missão pode dirigir-se, e em regra o faz, a um grupo de pessoas determinado por fatores locais, étnicos, sociais, políticos, profissionais ou de outro tipo qualquer: neste caso, encontra seus limites no círculo destas pessoas. (...) A existência da autoridade carismática, de acordo com a sua natureza é especificamente *lábil*. O portador pode perder o carisma, sentir-se ‘abandonado de seu deus’, como Jesus na cruz, mostrar-se a seus sequazes como ‘privado de sua força’: neste caso, sua missão está extinta, e a esperança aguarda e procura um novo portador. Abandonam-no os sequazes, pois o carisma puro ainda não conhece outra ‘legitimidade’ além daquela que se deriva da própria força, prova sempre de novo. O herói carismático não deriva sua autoridade de ordens e estatutos, como o faz a ‘competência’ burocrática, nem de costumes tradicionais ou promessas de

fidelidade feudais como o poder patrimonial, mas sim consegue e a conserva apenas por *provas* de seus poderes na vida. Deve fazer milagres se pretende ser um profeta, e realizar atos heróicos, se pretende ser um líder guerreiro. Mas, sobretudo deve 'provar' sua missão divina no *bem estar* daqueles que a ele devotamente se entregam. Caso contrário, ele evidentemente não é o senhor enviado pelos deuses".¹⁶

O senhor carismático genuíno é responsável perante seus dominados. O portador de um poder carismático, que conserva em aspectos importantes seu caráter autêntico, acusa-se publicamente perante todo o povo de seus próprios pecados e defeitos, quando sua administração não consegue vencer alguma calamidade que atinge os dominados, seja algo provocado pela natureza, ou seja, por distúrbios administrativos, ou até mesmo pelo apoio oferecido a um determinado político que vem a provocar um desastre na administração pública. Assim como foi o caso ocorrido com Luiz Tadeu Leite, objeto de estudo abordado no item 3.5 deste trabalho, então prefeito da cidade de Montes Claros, cujo vice era Mário Ribeiro, que teve o apoio de Luiz Tadeu Leite na vitória das eleições para prefeito municipal. Após uma administração sem grandes produções para a população local e depois de fortes desentendimentos políticos, Luiz Tadeu Leite, na eleição seguinte, subiu aos palanques, em comício, e gritava veementemente com um chicote em punho, para que o povo o chicoteasse por ter colocado aquele homem (Mário Ribeiro) na administração da cidade, e que ele estava ali se candidatando novamente para assumir a prefeitura e corrigir o erro que cometera.

O fundamento do poder carismático está no reconhecimento puramente efetivo da missão pessoal do senhor carismático pelos dominados e tem

¹⁶ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.326.

sua origem na entrega fiel ao extraordinário e inaudito, alheio a toda regra e tradição e por isso considerado divino, e que pode nascer do desespero ou do entusiasmo. A dominação carismática genuína desconhece disposições jurídicas, regulamentos abstratos e a jurisdição formal. Seu direito concentra-se no resultado concreto da vivência extremamente pessoal de graça celestial e força heróica, significa renúncia ao compromisso com toda ordem externa em favor da glorificação exclusiva do autêntico espírito profético e heróico. E principalmente, comporta-se de maneira revolucionária, invertendo todos os valores e rompendo soberanamente com todas as normas tradicionais ou racionais.

Em consonância com o apresentado WEBER afirma que:

“O poder do carisma, fundamenta-se na fé em revelações e heróis, na convicção emocional da importância e do valor de uma manifestação de natureza religiosa, ética, artística, científica, política ou de outra qualquer, no heroísmo da ascese, da guerra da sabedoria judicial, do dom mágico ou de outro tipo. Esta fé revoluciona os homens ‘de dentro para fora’ e procura transformar as coisas e as ordens segundo seu querer revolucionário. No entanto, deve-se compreender corretamente esta oposição. Apesar de todas as diferenças fundamentais da esfera em que circulam, as ‘idéias’ religiosas, artísticas, éticas, científicas e todas as demais, particularmente também as organizatórias políticas ou sociais, surgiram, do ponto de vista psicológico, de uma maneira essencialmente idêntica”.¹⁷

O carisma, ao contrário da afirmação de que a racionalização e a “ordem” racional revolucionam “de fora para dentro”, exerce seus efeitos específicos, manifesta seu poder revolucionário “de dentro para fora” a partir de uma

¹⁷ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.327.

reação central homogênea do modo de pensar dos dominados. Enquanto a ordem burocrática se limita a substituir a crença na santidade daquilo que existe desde sempre, nas normas da tradição, pela sujeição às regras estatuídas para determinados fins e pelo saber de que estas, desde que se tenha poder para isto, podem ser trocadas por outras regras com determinado fim, não sendo, portanto, nenhuma coisa sagrada. Já o carisma, em suas formas de manifestação supremas, rompe todas as regras e tradição, em vez da piedade diante dos costumes antiqüíssimos e por mais sagrados, exige o carisma sujeição íntima ao nunca visto, absolutamente singular. Neste sentido, torna-se o carisma o maior poder revolucionário da história.

O portador do carisma desfruta da autoridade em virtude de uma missão supostamente encarnada em sua pessoa, missão que tem sido, em suas manifestações supremas, de caráter revolucionário, invertendo todas as escalas de valores e derrubando os costumes, as leis e a tradição. Por instável que seja a existência do poder patriarcal nas mãos de seu portador concreto, em todo caso constitui este poder uma estrutura de dominação social, em oposição à estrutura carismática, nascida da emergência e do entusiasmo de situações extraordinárias, está a serviço da vida cotidiana com suas exigências.

O fato de existir uma autoridade carismática como organização, segundo o princípio de finalidade e meio, não significa de modo algum uma situação amorfa com falta de estrutura, sendo, ao contrário, uma forma estrutural social claramente definida, com órgãos pessoais e um aparato de serviços e bens materiais que se adaptam à missão do portador do carisma. Os ajudantes pessoais, que formam também dentro do grupo um tipo específico de aristocracia carismática, constituem

um grupo limitado de partidários, reunido segundo o princípio do discipulado e da fidelidade de séquito e selecionado também segundo a qualificação carismática pessoal. As prestações em bens materiais, ainda que formalmente voluntárias não baseadas em estatutos, são consideradas um dever de consciência dos carismaticamente dominados e entregues de acordo com a necessidade e capacidade. Os sequazes ou discípulos recebem seus meios de sustento materiais e sua posição social, conforme estiver conservada a pureza da estrutura carismática. Nem sempre na forma de salários ou de outra remuneração qualquer. Sendo o carisma um poder extracotidiano, os interesses da vida econômica cotidiana, em forma de salários ou outras remunerações, ocupa o lugar do antigo abastecimento comunista a partir das reservas coletivas. Mas é, quase sempre, a liberação ilimitada da atividade aquisitiva que provoca o fim do domínio do carisma genuíno.

No que tange a vontade, depositada pelos fiéis no líder carismático, de transformar o regime cotidiano adotado, WEBER tece a seguinte observação:

“A dominação carismática ‘pura’ é instável num sentido muito específico, e todas as suas alterações têm, em última instância, uma única fonte. Na maioria das vezes, o desejo do próprio senhor, mas sempre o de seus discípulos e mais ainda o dos adeptos carismaticamente dominados, é de transformar o carisma e a felicidade carismática de uma agraciação livre, única, externamente transitória de épocas e pessoas extraordinárias em uma propriedade permanente da vida cotidiana”.¹⁸

É certo que isso ocorrendo irá transformar o caráter interno da estrutura.

¹⁸ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.332.

1.4.1. A sucessão carismática

Um dos problemas fundamentais com que se vê confrontada a dominação carismática, que pretende transformar-se numa instituição perene, é precisamente a questão do sucessor do profeta, herói, mestre ou chefe do partido. Exatamente neste ponto situa-se a entrada no caminho do estatuto e da tradição. Por se tratar de carisma não se pode nem pensar em uma livre eleição do sucessor, mas apenas em um reconhecimento da existência do carisma no pretendente à sucessão. Uma possibilidade é esperar o surgimento de um sucessor ou representante sobre a terra que pessoalmente prove sua qualificação, porém muitas vezes não acontece uma nova encarnação ou nem pode ser esperada, por razões dogmáticas.

A criação do sucessor ou representante pelo próprio senhor é uma forma muito usada em todas as organizações genuinamente carismáticas para manter a continuidade da dominação. Mas sem dúvida ela significa um passo da livre dominação própria e pessoal do carisma em direção à “legitimidade” fundamentada na autoridade da fonte, que pode ser um reinado ou outra forma de domínio, e não da pessoa. Mas se o portador do carisma, por sua vez, deixou de designar um sucessor e faltaram as características externas unívocas, tal como costuma mostrar o caminho nas encarnações, os dominados tendem à crença de os participantes de sua dominação serem os mais indicados para reconhecer o próximo qualificado. Por isso, não é difícil para eles, já que têm de fato em suas mãos todos os meios de poder, apropriarem-se deste papel, na qualidade um direito. Como o carisma tem a fonte de

sua eficácia na crença dos dominados, torna-se imprescindível e decisivo o reconhecimento do sucessor pelos dominados. Nem toda forma moderna e nem toda forma democrática de criar um soberano é alheia ao carisma.

Nas comunidades de domínio carismático que tomam o caminho da escolha do chefe político, dá-se com o tempo, uma vinculação a determinadas normas do procedimento eleitoral. Com o desaparecimento das raízes genuínas do carisma, existe uma tendência ao retorno do poder cotidiano da tradição. Porém, a aclamação dos dominados pode se desenvolver dentro de um procedimento eleitoral regular com um direito eleitoral determinado por regras, eleições diretas ou indiretas.

Um dos pontos qualificadores do caráter carismático, dentro do processo de sucessão, quando é claro se desenvolver o processo eleitoral, é o discurso. Não basta ter poder econômico, é necessário ter a força do “carisma do discurso”. No entanto WEBER aborda com muita clareza uma tendência dos processos políticos modernos:

“Quanto mais se pretende impressionar as massas e quanto mais rigorosa se torna a organização burocrática dos partidos, tanto mais secundário fica nestas campanhas o conteúdo dos discursos, pois seu efeito, desde que não estejam dadas simples situações de classe ou outros interesses econômicos que possam ser racionalmente considerados e tratados, e puramente emocional e tem apenas o mesmo sentido das manifestações e festas dos partidos: produzir nas massas a idéia do poder e da certeza de vitória do partido e, sobretudo, da qualificação carismática do chefe.

O fato de que todo efeito emocional sobre as massas tem certos traços 'carismáticos' também faz com que a burocratização crescente dos partidos e das atividades eleitorais, precisamente quando alcança seu auge pelo súbito culto entusiástico a um herói carismático, possa ser forçada a servir a este último".¹⁹

A elevação do carisma encontra cada vez mais a resistência do aparato dos políticos profissionais, que domina em tempos normais, particularmente a dos que organizam a direção e as finanças, e que mantém em movimento o funcionamento do partido, sendo os candidatos as criaturas dele. O grande empresário, que financia um chefe de partido carismático e espera de sua vitória eleitoral encomendas do Estado, arrendamentos de impostos, monopólios ou outros privilégios, sobretudo a retribuição de seus adiantamentos com os juros correspondentes, é uma figura típica desde os tempos mais remotos.

A dominação carismática não se limita às fases primitivas do desenvolvimento. No entanto, é o destino do carisma recuar com o desenvolvimento crescente de formações institucionais permanentes. WEBER aborda este assunto da seguinte maneira: "Ainda que o carisma, como poder criativo, recue quando a dominação se solidifica em formações permanentes, passando a atuar somente nas emoções das massas, efêmeras e com efeitos imprevisíveis, em eleições e ocasiões semelhantes, permanece, mesmo assim, porém, em sentido fortemente modificado, um elemento altamente importante da estrutura social".²⁰

O carisma genuíno não se baseia em ordens estatuídas ou tradicionais, nem em direitos adquiridos, mas na legitimação pelo heroísmo pessoal

¹⁹ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.339.

²⁰ WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, p.354

ou pela revelação pessoal, sua qualidade de um poder supracotidiano, sobrenatural e divino o predestina para ser uma fonte apropriada da aquisição legítima de poder de mando para os sucessores do herói carismático e atua no mesmo sentido em favor de todos aqueles cujo poder e propriedade são garantidos por aquele poder de mando. Diante disso, tais fatores podem favorecer no surgimento de um fenômeno político: o populismo, que será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO POPULISMO

2.1. O conceito de populismo

O Populismo não conta efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática, não se trata de uma doutrina precisa, mas um fenômeno que atinge uma massa delimitada, não por classes sociais ou categorias profissionais, mas por uma vontade específica em comum. Essa designação surgiu no século XIX, primeiramente no Império Russo e em seguida nos Estados Unidos. O populismo não é, então, parte de uma tradição compartilhada mais ampla, os movimentos populistas não possuem uma tradição comum de que tenham consciência. Os movimentos populistas norte-americanos, por exemplo, não tinham a menor idéia de que na Europa, há milhares de quilômetros de distância, houvesse desde muito tempo, outros movimentos aos quais se denominariam também como Populismo. Apesar de terem ocorrido independentemente, tinham de semelhante, o fato de constituírem esforços de organização de pequenos produtores rurais, diante da ameaça representada pelo avanço da ordem capitalista em âmbito nacional. Tendo em vista as caracterizações diversas sobre o populismo, por este nome são classificados diferentes movimentos ou sistemas em distintas épocas históricas, por

exemplo, na América Latina, onde se atribui em geral ao populismo caráter eminentemente urbano, relativo ao momento de transição, da estrutura oligárquica dependente para o desenvolvimento nacional, quando uma ponderável massa de egressos do campo, ao concentrar-se nas cidades, torna-se disponível à mobilização política.

Podem-se destacar dois princípios que norteiam o entendimento conceitual sobre o populismo, o primeiro é a supremacia da vontade do povo e o segundo é a identificação deste povo com um líder que o represente, como o carismático tipificado por Max Weber. No que tange ao primeiro, a supremacia da vontade do povo, que identifica com a justiça e a moralidade de forma generalizada, tal como um consenso, poderá ser em relação aos modelos das instituições tradicionais e até mesmo sobre a vontade de outros estratos da população. No segundo princípio, a identificação do povo com um líder que o represente sem intermédios é ponto necessário para a caracterização do fenômeno populista. Nos vários regimes populistas surgidos, implícitos ou explícitos, em diferentes épocas e regiões, ressalta sempre a figura do líder carismático.

O povo, considerado como uma massa homogênea, não se apresenta como classe ou agregação de classes no populismo, que exclui a luta de classe e funda-se no postulado da homogeneidade das massas populares, diferenciando-se dos movimentos de classe. Trata-se de uma divisão entre o povo e a elite dominante, que pode ser internamente representado, não só por uma elite cosmopolita ou imperialista (como nos países ex-coloniais), ou por uma elite plutocrática, mas também por setores das próprias massas populares, como, por exemplo, os

movimentos de classe, julgados portadores de ideologias ou de valores estranhos, ou incongruentes com os valores genuínos da tradição popular autóctone (como é o Movimento dos Sem-Terra no Brasil). No fenômeno populista, pertencer ao povo não depende da condição social ou profissional, assim como afirmou Eva Perón: “descamisado é aquele que se sente povo. É importante que os sintamos povo, que amemos, sofram e nos alegremos como faz o povo, embora não nos vistamos como o povo, circunstância puramente acidental” (Eva Perón).

Norberto Bobbio²¹ define como populistas “as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específico e permanentes”. Bobbio entende que ele está mais latente do que teoricamente explícito e acrescenta:

“As definições do Populismo se ressentem da ambigüidade conceptual que o próprio termo envolve. Para Peter Wills, Populismo é ‘todo o credo e movimento baseado nesta premissa principal: a virtude reside no povo autêntico que constitui a maioria esmagadora e nas suas tradições coletivas’; para Lloyd Fllers, o Populismo é uma ideologia segundo a qual ‘a legitimidade reside no povo’; para Peter Worsley, ele é ‘a ideologia da pequena gente do campo ameaçada pela aliança entre o capital industrial e o capital financeiro’, para Edward Shils, o Populismo ‘se baseia em dois princípios fundamentais: o da supremacia da vontade do povo e o da relação direta entre o povo e leadership’.”²²

O populismo surge como resposta aos problemas colocados pela modernização e suas conseqüências; entre esses problemas, os mais importantes são

²¹ BOBBIO, Norberto *et alii*. *Dicionário de Política*. 1999, pp. 980-981.

²² BOBBIO, N. *Ibidem*, pp. 980-981.

os do desenvolvimento econômico e da autoridade política. Trata-se de um fenômeno de tensão existente entre a metrópole e a província. Tensão que existe entre e os mais adiantados, e a que existe entre as regiões atrasadas e desenvolvidas de um mesmo país. Independentemente das divisões geopolíticas, ambas as tensões se superpõem e interagem. São nos períodos de transição política, particularmente na fase aguda dos processos de industrialização, que o populismo tende a permear ideologicamente, apresentando grande capacidade de mobilização e oferecendo-se como fórmula homogênea a cada uma das realidades nacionais em face das ideologias externas implantadas. Otávio Soares Dulci²³ apresenta algumas características que permitem uma análise dos traços distintivos do populismo como forma de movimento sócio-político. Tais como o contexto histórico que corresponde a uma fase de mudança profunda, percebida por muitos como choque entre estruturas desiguais, tipicamente estruturas “velhas” e “novas” de uma sociedade, face aos rumos do desenvolvimento econômicos e seus efeitos sócio-políticos; o populismo representaria uma resposta a esse processo, uma fórmula de recomposição social, através de um arranjo entre os requisitos da mudança e as instituições e valores tradicionais do “povo”, assim como as peculiaridades da “nação”; o arranjo apontado se expressa por alianças ou pactos de grupos sociais em torno da condução do processo de mudança; o populismo é essencialmente coligacional, dentro ou fora do poder; por isso, contém uma tendência nítida à diluição das fronteiras entre os diversos grupos componentes; obscurecem-se as linhas de demarcação das classes sociais, na medida em que se privilegia as categorias “povo” e “nação”, símbolos de unidade. Para Dulci, a idéia-chave

²³ DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986, p. 20.

fundamental para a caracterização do populismo é o “povo”; a vontade popular, sua manifestação, a relação imediata entre a liderança e o povo.

O povo se apresenta como um mito, que deve ser aceito ou rejeitado. Os movimentos populistas renascem, sempre que ocorre uma rápida mobilização de vastos setores sociais, uma politização à margem dos canais institucionais existentes. O apelo à força regeneradora do povo, que é o elemento mais funcional na luta pelo poder político, está latente mesmo na sociedade mais articulada e complexa, pronta a materializar-se, de um instante para o outro nos momentos de crise. Mesmo nos países onde o processo de integração étnica apresenta características heterogêneas como no Brasil, os movimentos populistas não invertem a tendência à fusão étnica, mas a aceleram, favorecendo a integração dos elementos étnicos marginais e contrapondo-os às classes dominantes. Neste caso, o povo surge, antes de tudo, como um modo de ser aberto e voluntário. A discriminação está voltada contra certas categorias econômicas e culturais dominantes.

Podem-se agrupar os movimentos populistas em três categorias: nacional-populistas, populistas revolucionários e populistas democráticos ou pluralistas. Sendo que:

“A primeira abrange todos os movimentos de tipo fascista, incluindo o nacional-socialismo, a Guarda de ferro, o peronismo e vários movimentos militaristas afins (particularmente o nasserismo). Os populismos revolucionários seguem dois protótipos: o stalinista e o castrista. A distinção entre nacional-populismo e o Populismo revolucionário não é, aliás, definitiva: o elemento nacional tende a superar no segundo a doutrina

revolucionária e coletivista que se transforma no final num instrumento de arregimentação das massas a serviço do Estado-nação. Os Populismos democráticos ou pluralistas têm como modelo a Jacksonian Democracy, cujas características – pluralismo interno, expansionismo e sentido da missão nacional no exterior – se encontram tipicamente representadas no sistema democrático israelense e no indiano (de que o gandhismo constitui a forma pacifista). (...) Entre as categorias indicadas se encontram diversas formas intermédias como os socialismos africanos ou asiáticos, os nacional-comunismos da Iugoslávia e da Romênia, o Baas do Oriente Médio, o PRI mexicano, o “Getulismo” (o Estado Novo de Getúlio Vargas) do Brasil, sobre cujo caráter populista fundamental não pode haver dúvida. (...) A característica da transitoriedade é mais acentuada nas fórmulas de tipo nacional-populista. Os populismos militaristas, revolucionários e democráticos, por seu lado, bloqueiam ou suprimem de todo a componente populista nos períodos de normalização e com a arrancada do desenvolvimento econômico”.²⁴

Para WEFORT o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação das massas, e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. Desta forma ele diz que:

“O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e,

²⁴ BOBBIO, Norberto *et alii*. *Dicionário de Política*, p. 985.

por certo, deve muito à ambigüidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder”.²⁵

O populismo é uma espécie de nacionalismo cujo traço característico assenta na equação entre nação e povo, o fundo nacionalista tampouco está ausente dos movimentos populistas democráticos. É bastante clara a separação entre populismo e tradicionalismo. O populismo não visa a restaurar uma sociedade ou um sistema, mas uma moral, um tipo de vida. Com efeito, uma das particularidades ideológicas do Populismo, é este ser essencialmente moralista. O Populismo não se inspira em qualquer realidade religiosa transcendente. O deus do populismo é o próprio povo.

2.2. Breve histórico sobre o populismo

Os primeiros fatos históricos de que se tem notícia e que se caracterizam, mesmo que de forma não uniforme entre os doutrinadores como movimento político populista, foram na Rússia czarista, na segunda metade do século XIX, onde proliferaram organizações, atividades, debates e teorias relativos ao que se passou à história como o populismo russo.

²⁵ WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 62.

No final do mesmo século e durante as primeiras décadas do século XX houve discussões, movimentos e surgimento de partidos populistas em vários países da Europa Central, tais como Polônia, Bulgária, Hungria, Tchecoslováquia e Iugoslávia. Na China, o programa da revolução de 1911, chefiada por Sun Yat-sen, teve conotação populista, talvez por influência do populismo russo. Depois da Segunda Guerra Mundial, nas ex-colônias européias na Ásia e na África surgiram movimentos de massas, partidos políticos e governos que muitos cientistas sociais passaram a denominar populistas. É evidente que esses fenômenos variam conforme o contexto sócio-cultural, político e econômico de cada país e segundo a ocasião. Mas dois aspectos precisam ser ressaltados aqui.

Na última década do século XIX, nos Estados Unidos, criou-se um partido populista, com programa próprio e apoio popular relativamente amplo na sociedade agrária, ele defendia o capitalismo agrário, acima de tudo. Nos outros países, principalmente na Rússia, extremava-se na negação do Capitalismo.

A questão da possibilidade de generalizar o termo “populistas”, para certos cientistas políticos e sociais não representou relevante problema, já que quase todos eles eram especialistas que empregaram o vocábulo de forma discreta para referir-se, simplesmente, aos movimentos particulares que ocorreram em sua região e em sua época, mesmo que com atributos divergentes, de forma extrínseca, mas com peculiaridades intrínsecas em comum. Sucede ainda que falar do populismo como gênero implica demonstrar que movimentos com traços muito diversos, isolados no tempo e no espaço pertencentes a diferentes culturas, possuem certos atributos capitais que justificam enquadrá-los, de forma consciente e com fins

analíticos, apesar das variações que apresentem em outras características, sob o mesmo rótulo de “populista”. Mas, uma característica que parece ser comum a todos esses populismos, quando focalizados em perspectiva histórica ampla, é que todos os movimentos, partidos e governos populistas, juntamente com as suas controvérsias doutrinárias, têm o caráter de reações ideológicas e práticas, conforme o país e o contexto da ocasião, às mudanças econômicas, sociais e políticas provocadas pela formação do capitalismo industrial e a urbanização de cunho capitalista. Nos países acima mencionados, não obstante outros que já tiveram movimentos populistas, o que parece estar em jogo é a crise do modo de vida de amplas camadas de trabalhadores rurais e urbanos, às vezes os dois concomitantemente. No exame dos elementos essenciais das manifestações populistas, verifica-se que alguns elementos se repetem em certos países, com a mesma ou semelhante importância.

Num estágio inicial do populismo, em quase todos os países procura-se preservar e valorizar a vida social e econômica de base agrária. A indústria é colocada de lado, como nociva, ou em nível secundário, como atividade subordinada. Valoriza-se a terra como fonte principal, quando não a única fonte de riqueza e bem-estar social. Todo progresso econômico, político, social e cultural é encarado em termos da preservação e revalorização das experiências e tradições de tipo comunitário ou tribal. A cooperação é compreendida como um processo social mais integrativo do que a divisão social do trabalho e as relações contratuais que predominam na cidade e na indústria. Esse tipo de populismo busca transformar todo trabalhador – principalmente rural – em cidadão, com direitos e obrigações políticos que o defendam da supremacia da cidade sobre o campo e da indústria sobre a

agricultura. Em suma, os populismos mencionados aqui apresentam a peculiaridade de ser uma reação negativa contra a hegemonia da cidade e da indústria sobre o campo e a agricultura.

Num outro estágio, e mais recente, encontra-se o populismo latino-americano onde o que se verifica é a manipulação das massas, principalmente, as de bases agrárias, atores do êxodo rural, por líderes carismáticos, em busca do desenvolvimento nacional independente e contra os poderes oligárquicos enraizados.

2.2.1. O populismo russo e o norte-americano

O *narodnichestvo*, ou populismo russo era um movimento de intelectuais que tinha como proposta lutar e sacrificar suas vidas e a liberdade em benefício do “povo”, em especial, o campesinato. Na realidade tratava-se de uma ideologia sobre o campesinato, mas não criada pelo movimento e, sim, absorvida por este. O movimento pregava que o mais importante era a *narodnaya volia*²⁶, e que se devia aprender com o povo e deixar-se guiar por ele, mas todas e cada uma de suas partes eram criações de um setor da intelectualidade urbana.

O populismo russo, como mostra Peter Worsley²⁷, tinha os olhos postos em alguns dos elementos da cultura “tradicional”, mas evitava tenazmente outros níveis e formas de “tradicionalismo”, em particular a autocracia. Mostrava-se

²⁶ Vontade do povo. WORSLEY, Peter. in: TABAK, Fanny. *Ideologias-Populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973, p. 32.

²⁷ WORSLEY, P. in: TABAK, F. *Ideologias-Populismo*, p. 34-35.

“anarquista” em sua recusa ao Estado, mas também “comunitarista” pela confiança que depositava no *mir* (nível intermediário de organização que constituía, na visão do movimento, a pedra fundamental sobre a qual se podia construir a nova ordem social). Era mais comunitário que essas formas individualistas de anarquismo que consagravam a autonomia e auto-expressão do indivíduo. Os populistas russos temiam que a inovação representada pelo capitalismo anulasse a tradicional solidariedade da aldeia e introduzisse, por fim, a desigualdade e a luta de classe no campo. Mas as atividades desenvolvidas pelos trustes, bancos e sociedades anônimas, que tanto preocupavam os populistas norte-americanos, não se revestiam da mesma importância no campo russo. Enquanto que o granjeiro norte-americano via no capitalismo urbano de grande escala das sociedades anônimas um polvo que, a partir das cidades, estendia seus tentáculos em direção ao campo; os camponeses russos, em troca, sentiam-se mais inquietos com o pequeno capitalismo em suas manifestações intraconservadoras aldeãs: o perigo de que, se não se controlasse a diferenciação, esta criaria, num extremo da hierarquia social, uma classe de *kulaks*²⁸ e, no outro extremo, uma classe de proletários sem terras, ameaçada de morrer de inanição, se permanecesse nas aldeias, ou de ser forçada ao êxodo da sociedade aldeã, que deveria abandonar por completo para ir para as cidades e incorporar-se à nova servidão do trabalho assalariado. Trata-se de um movimento diverso dos vários outros que abordaremos neste trabalho, embora denominado como populista.

O populismo norte-americano apresenta características peculiares. Ele se desenvolveu entre proprietários e trabalhadores agrícolas, na última década do século XIX. Nessa época o setor capitalista da economia agrária dos Estados Unidos

²⁸ Em russo no original: camponeses ricos.

passava por uma crise de superprodução e, ao mesmo tempo, perdia importância diante da indústria e do comércio. É verdade que a ideologia desse populismo valorizava a terra, como a mais importante fonte de riqueza e bem-estar social. E protestava contra os “parasitas” e os “ladrões” que controlavam o comércio, as finanças e o aparelho do Estado, em prejuízo dos “verdadeiros produtores”. Mas essa era antes uma reação contra as tendências de diferenciação do sistema econômico e contra o aumento do poder decisório – político e econômico – das burguesias financeiras, industriais e comerciais, tipicamente urbanas.

Desta forma o populismo norte-americano queria o intervencionismo governamental nos assuntos econômicos, com ênfase nas questões financeiras e nos problemas suscitados pela crescente importância dos transportes ferroviários. Era preocupado com os assuntos monetários, porque sentia que por via do capital financeiro escapava uma parte dos lucros obtidos na agricultura. O problema era defender o princípio do valor de troca, segundo as exigências da reprodução ampliada do capital na agricultura. O populismo norte-americano desconfiava do pessoal estatal e do modo como se utilizava o Estado como instrumento; porém a máquina em si lhe era necessária, e só propunha que fosse colocada sob controle popular: torná-la responsável em lugar de eliminá-la. A proposta era que todo o sistema, o aparato político, os bancos, a indústria, as ferrovias, as sociedades anônimas não deveriam ser abolidos e nem substituídos, mas reformados.

O populismo norte-americano foi um movimento popular de massas dos agricultores. Seus ideólogos, porta-vozes e teóricos não pertenciam a uma

intelectualidade cultivada, provinham da própria comunidade agrícola. Constituíam uma organização intelectual local, e não nacional ou cosmopolita. Tratava-se mais de editores de jornais destinados aos homens do campo, ou também, quase com igual frequência, de pregadores ou de filhos de pregadores de tendência fundamentalistas e anticonformista. Estes conviviam ou pertenciam ao “povo”.

Numa abordagem sucinta e objetiva percebe-se que tanto no populismo russo como no norte-americano, embora se diferenciasse naquilo que ambos os grupos populistas consideravam como inimigos e na estratégia proposta para enfrentá-los, diziam as mesmas coisas, isso em um nível maior de abstração e análise ampla. Ambos falavam do “homem comum”, o pequeno produtor. Ambos viam no industrialismo capitalista e financeiro, no monopólio e nos governos irresponsáveis os maiores obstáculos ao progresso. Sua herança cultural era a fonte das principais disparidades, pois dava origem a orientações muito diferentes em relação ao tempo: na Rússia, o passado era tudo e o futuro, para os revolucionários, uma visão apocalíptica; nos Estados Unidos, o passado não existia e o futuro haveria de ser, simplesmente, o presente humanizado, racionalizado e tornado mais justo.

2.3. Aspectos políticos, econômicos e sociais do populismo

Não obstante as caracterizações e definições sobre o Populismo, este se verifica também como fruto de um processo político-econômico, o recurso natural de uma sociedade em crise, dividida entre o setor tradicional e o setor moderno. Isso ocorre quando as ideologias e os movimentos que enfrentam mais diretamente o processo de industrialização e as suas conseqüências são considerados inadequados e ultrapassados; ou surge da tensão entre as regiões mais desenvolvidas e as mais atrasadas de um mesmo país ou da tensão entre os países atrasados com os países mais avançados, nasce da tensão entre metrópole e província. Neste sentido o fenômeno populista dá-se entre os valores de base da cultura tradicional e a necessidade de modernização. A aceitação da necessidade de modernização econômica é no populismo tão fundamental quanto o elemento tradicional.

“Embora possa assumir caráter de protesto contra o ritmo e os modelos ideológicos do processo de industrialização, o populismo não é uma ideologia do atraso, uma ideologia de retaguarda; não antindustrial nem constitui um movimento reacionário. Ao contrário, recorrendo aos valores tradicionais e insurgindo-se contra as oligarquias cosmopolitas e capitalistas estranhas, ele apóia a mobilização de massa no âmbito da Revolução Industrial”.²⁹

Os fenômenos populistas envolvem a coalizão de classes, ou de grupos sociais pertencentes a classes distintas, o que significa uma coalizão de categorias virtualmente antagônicas que IANNI chama de *paradoxo da aliança das*

²⁹ BOBBIO, Norberto *et alii*. *Dicionário de Política*, p. 984.

classes – ponto característico dos fenômenos populistas, sejam eles movimentos de massas ou partidos políticos, governos ou regimes. Compõem esta *aliança* setores da burguesia industrial e do proletariado urbano, militares, grupos de classe média, intelectuais, estudantes universitários e, em alguns países, também camponeses e proletariado rural. Todos unidos em harmonia na luta contra o atraso econômico-social, a dependência excessiva da monocultura, os enclaves, a oligarquia e o imperialismo. A “paz social”, apregoada por Cárdenas, no México; Perón, na Argentina; Vargas, no Brasil, entre outros líderes populistas, é a paz nas relações entre as classes sociais, encarada como pré-requisito das tarefas de emancipação econômica do país e generalização do bem-estar social ao povo.

O populismo é um movimento totalizante, integrador de grupos e classes sociais na luta pelo poder e pelo desenvolvimento econômico, de alianças paradoxais, fundamentos que caracterizam a política de massas, não por uma opção destas, mas pelas condições de miséria em que se encontram, como é o caso dos deslocamentos de pessoas e famílias rurais e de pequenas cidades para os núcleos urbanos e industriais maiores em grandes proporções, ocasião em que se formaram as grandes favelas em Buenos Aires, Santiago, Lima, La Paz, Guayaquil, Quito, Bogotá, Caracas, México, Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades. E são estes mesmos fundamentos que se tornam causas precípuas para sua crise, declínio e derrocada. O populismo pode ser democratizante ou ditatorial, conforme as exigências nas relações com o capital estrangeiro das nações mais poderosas, que produz ou acelera a formalização do mercado de força de trabalho. Trata-se de política de massas, concebida e orientada pelas cúpulas burguesas, onde a classe

operária é induzida a lutar contra os inimigos dos seus inimigos. Os inimigos são a oligarquia, os interesses estrangeiros ou o imperialismo. A demagogia e o carisma tornam-se elementos essenciais, dentre as técnicas de arregimentação política das massas assalariadas da cidade. Esse é um dos aspectos políticos mais importantes das alianças entre classes sociais preconizadas e incentivadas pelos governos de Cárdenas, Perón e Vargas. Nessas alianças, o proletariado aparece no Estado populista como classe subalterna, até o aparelho sindical funciona em conformidade com essa condição subalterna - peleguismo. Na medida em que aceitam uma participação política subalterna essas classes acabam por subjugar-se ao princípio da aliança policlassista. As ilusões do consumo crescente apagam ou obscurecem, na consciência operária, as contradições entre os seus interesses e os da burguesia. Nos períodos críticos, de instabilidade econômica e queda do desenvolvimento, as lideranças burguesas do populismo não admitem a continuidade da política de massas, abandonando as suas posições prévias e reorganizam-se como classes políticas, propiciando momentos de tensão sócio-econômica propícia para os golpes de Estado, tais como o ocorridos na Argentina com a deposição de Perón e no Brasil contra Vargas.

O populismo latino-americano é um movimento político, com fortes apoios populares, que se caracteriza pela união de classes sociais antagônicas voltadas contra uma estrutura oligárquica e um sistema de dependência econômica, comandadas, com aquiescência coletiva, por uma liderança, quase sempre carismática. A ideologia populista tende a diluir as linhas que distinguem as classes sociais e marcam os seus antagonismos, ao valorizar positivamente todas as

manifestações da aliança policlassista. Por outro, lado verifica-se que a fonte de poder é o líder e não a ideologia, podendo o líder variar os seus conteúdos com certa liberdade. Graciarena³⁰ deixa claro que o que importa, para a legitimidade da ideologia, é que esta emane do líder, seja “sua criação” e não de outros ideólogos. Os líderes carismáticos na América Latina – da mesma forma que muitos africanos atualmente – são criadores de ideologia. Daí surgem o “varguismo”, o “peronismo”, o “yrigoismo”, o “battlismo”, como doutrinas “originais”.³¹ O êxodo do campo para a cidade, além da escolarização e a influência dos meios de comunicação de massa, provocam nas massas urbanas de formação recente a elevação dos seus níveis de aspiração social e econômica. Essas massas marginais urbanas recém-formadas em cidades como São Paulo, Buenos Aires, Lima, La Paz, Guayaquil, Rio de Janeiro, Caracas, México, devido a sua inexperiência política, debilidade organizatória e com escassa ou nula compreensão dos valores e padrões sócio-culturais da cidade são facilmente mobilizadas por lideranças carismáticas. Motivo que apresenta o populismo como uma espécie de descompasso, retrocesso ou distorção no curso do processo de transição da democracia representativa de participação limitada para democracia representativa de participação total.

³⁰ GRACIARENA, Jorge. *Poder y Clases Sociales en el Desarrollo de America Latina*. 1967.

³¹ “Nesses estudos, são freqüentes expressões como as seguintes: battlismo, no Uruguai, yrigoyenismo e peronismo, na Argentina, varguismo e trabalhismo, no Brasil, valasquismo, no equador, odrirismo e aprismo, no Peru, gaitanismo, na Colômbia, perezjimenismo, na Venezuela, marinismo, em Porto Rico, callismo e cardenismo, no México. Além desses fenômenos políticos, também consideram-se governos de tipo populista os de Arbenz, na Guatemala, o de Ibañez, no Chile, o de Paz Estensoro e Siles Zuazo, na Bolívia, e o de Velasco Alvarado, no Peru, entre outros.” IANNI, Octavio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*, 2. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Ática, 1989, p. 07.

2.4. O populismo na América Latina

Em pesquisa sobre o Populismo na América Latina, verifica-se este como fenômeno típico da passagem da sociedade tradicional, arcaica ou rural, para a sociedade moderna, urbana ou industrial. Ele surge na América Latina na época em que o Estado Oligárquico³² entra em sua maior crise, basicamente na grande depressão econômica dos anos trinta, iniciada com o *krach* da Bolsa de New York, em 1929, quando provoca uma série de convulsões econômicas, políticas e sociais na maioria dos países latino-americanos, vez que estes novos países com a independência declarada são extremamente importantes no movimento de expansão do capitalismo industrial inglês.

³² “No regime oligárquico, o poder político é controlado, ou simplesmente monopolizado, pelas burguesias ligadas à agricultura, à pecuária ou à mineração. Naturalmente as burguesias financeira e importadora também se encontram inseridas no sistema político-econômico de poder. Os interesses fundamentais do regime, no entanto, são fortemente influenciados pelos interesses dos grupos detentores do poder econômico no setor predominante: café, banana, açúcar, trigo, lã, carne, petróleo, cobre, estanho ou outro. Combinados ou não, conforme o país e a época, estes setores funcionam como enclaves, ou segmentos da economia do país dominante (principalmente a Inglaterra, no século XIX e os Estados Unidos, no século XX). O enclave é a base econômica do poder político do governo oligárquico. Ao mesmo tempo, ele é o elo mais visível da sua dependência, em face do imperialismo. IANNI, Octavio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. 2. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Ática, 1989, p. 62.

Como bem aborda IANNI:

“Para os países da América Latina as crises mundiais significaram:

- a) regressão econômica;
- b) estagnação econômica;
- c) industrialização;
- d) expansão do setor terciário;
- e) estabelecimento ou fortalecimento da primazia das empresas norte-americanas nas relações econômicas externas em cada país;
- f) expansão da hegemonia dos Estados Unidos sobre a economia da América Latina como um todo.

É evidente que esses processos operaram ao mesmo tempo ou separadamente, conforme a situação de cada país. (...) Devido às transformações sociais que já vinham operando na Segunda metade do século XIX, as crises ocorridas no século XX encontram grupos e classes sociais lutando para assumir algum poder ou mesmo controlar o aparelho estatal. As greves operárias ocorridas no México, Argentina, Brasil, Chile e outros países, antes da Primeira Guerra Mundial, são um sintoma importante dessas lutas. A formação e o desenvolvimento de movimentos sociais organizados por grupos sintomas de lutas política importantes. Além disso, os grupos empresariais mais interessados nos mercados internos nacionais também estarão pressionando o poder político”.³³

Nesse período, como se fora numa reação em cadeia, ocorrem motins e golpes, provocando a queda de governos oligárquicos ou o declínio do seu poder. Diante destes fatos, o Populismo tornou-se um elemento ativo e de reações efetivas propostas pelas classes sociais emergentes no declínio final desse tipo de Estado, onde prevalecia o domínio da classe média no poder político do respectivo país, dando lugar às ditaduras ou democracias populistas.

³³ IANNI, O. *A Formação do Estado Populista na América Latina*, p. 80.

Uma das características do populismo latino-americano é o compromisso com as lutas da classe média emergente, imbuídas de certos valores ideológicos, contra as estruturas oligárquicas, que se apresentavam como expressão das mais variadas manifestações políticas, econômicas e mesmo culturais das oligarquias locais e regionais. Em certos casos o poder oligárquico, caracterizado pela dominação patrimonial, era a expressão político-administrativa de uma oligarquia regional mais vigorosa, ou de uma combinação de oligarquias regionais dominantes, como é o caso do *Coronelismo*³⁴ no Brasil, onde o poder político e econômico é exercido por um grupo de pessoas interpostas, por meio da tradição, da violência ou da expectativa de favores, em nome ou em benefício de uma classe social bastante reduzida e solidária no controle do poder. Os grupos e classes sociais que se encontram fora do poder são desprezados, tratados como inferiores e discriminados com estabelecimento da seleção de marcas sociais, onde a cor, a raça, as diferenças econômicas, sócio-culturais e políticas são permanentes fontes de tensão.

³⁴ “Significando o isolamento ausência ou rarefação do poder público, apresenta-se o ‘coronelismo’, desde logo, como certa forma de incursão do poder privado no domínio político. Daí a tentação de o considerarmos puro legado ou sobrevivência do período colonial, quando eram frequentes as manifestações de hipertrofia do poder privado, a disputar atribuições próprias do poder instituído. Seria, porém, errôneo identificar o patriarcalismo colonial com o ‘coronelismo’, que alcançou sua expressão mais aguda na Primeira República. Também não teria propósito dar este nome à poderosa influência que, modernamente, os grandes grupos econômicos exercem sobre o Estado. (...) Chegamos, assim, ao ponto que nos parece nuclear para a conceituação do ‘coronelismo’: este sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido. O simples fato do compromisso presume certo grau de fraqueza de ambos os lados, também, portanto, do poder público. Mas, na Primeira República – quando o termo ‘coronelismo’ se incorporou ao vocabulário corrente para designar as particularidades da nossa política do interior –, o aparelhamento do Estado já se achava suficientemente desenvolvido, salvo em casos esporádicos, para conter qualquer rebeldia do poder privado. É preciso, pois, descobrir a espécie de debilidade que forçou o poder público a estabelecer o compromisso ‘coronelistas’.” LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 275-76.

O acelerado ritmo de urbanização e industrialização provocou a formação de estruturas de classes sociais que colocariam um fim parcial no Estado oligárquico, pois as classes médias, na maioria dos países da América Latina, não tiveram condições de estabelecer um imediato colapso do sistema oligárquico. Inicia-se aí o surgimento do estado democrático, de forma precária e, quase sempre, de forma transitória, aparecendo em certos casos, com frágil estabilidade a democracia representativa, em outros a ditadura ou a democracia populista. Não obstante, permanece em curso o processo de declínio da hegemonia oligárquica, incumbindo às forças políticas emergentes (partes da juventude universitária, setores da intelectualidade, a nova burguesia industrial, o proletariado, grupos militares) realizar o último ato de decretação da falência do regime oligárquico. O compromisso entre a sociedade nacional e as economias dependentes, estabelecidos pelo Estado oligárquico estava insustentável. Com a migração rural-urbana, o desenvolvimento industrial, a urbanização e o crescimento do setor de serviços a estrutura das classes se encontra mais desenvolvida, a partir daí a dominação oligárquica ingressa em sua crise final, momento em que o antagonismo entre a sociedade nacional e a economia dependente torna-se extremamente crítico.

Com o fim das oligarquias, juntamente com as crises do imperialismo europeu e norte-americano, aparece a figura das massas como elemento político importante para a reorganização do Estado com a sociedade nacional. As massas populistas, pela forma como são manipuladas e como são conduzidas e enganadas por demagogos civis ou militares, aparecem como um elemento político dinâmico que possibilita a reelaboração da estrutura e atribuições

do Estado. Com o surgimento de novas forças sociais e políticas geradas com a urbanização, a industrialização e o crescimento do setor terciário, destroem-se algumas bases mais importantes do poder oligárquico e criam-se as condições para novas formas de organização do poder.

O populismo latino-americano pode ser caracterizado como fenômenos políticos produzidos no interior do processo de modernização das suas sociedades ou como fenômenos políticos produzidos pela incapacidade dos Estados latino-americanos de realizarem a democracia representativa, segundo o modelo europeu ou norte americano (sociedade democrática de base capitalista) ou mesmo como formas subdesenvolvidas de organização das atividades políticas que busca uma combinação entre as tendências do sistema social e as determinações da dependência econômica. O surgimento do populismo está diretamente relacionado com a crise das relações de dependência e com as transformações sociais havidas no interior de várias sociedades latino-americanas. Estas sociedades são heterogêneas em quase todos os setores, suas disparidades políticas, econômicas, lingüísticas, religiosas e sociais são evidentes e significativas, porém ela está inserida historicamente no sistema capitalista mundial, haja vista a independência das colônias da Espanha e Portugal no Novo Mundo que esteve diretamente relacionada à conquista da hegemonia mundial por parte da Inglaterra.

No que concerne ao aspecto sócio-econômico, a base social e econômica do populismo latino-americano está nas cidades mais desenvolvidas ou maiores, onde são cada vez mais dinâmicos os setores secundários e terciários. Os movimentos, os partidos e governos populistas são abertamente favoráveis à

industrialização e à hegemonia da indústria sobre a agricultura e a mineração. A industrialização é encarada como equivalente de desenvolvimento econômico em geral indicador de bem-estar social para o proletariado. Ao passo que a agropecuária e a mineração, bem como o comércio externo de bens produzidos nesses setores, são consideradas causas fundamentais de atraso econômico e social.

2.4.1. A formação dos Estados populistas

Como antes abordado, verifica-se que os fenômenos populistas latino-americanos acontecem na época das crises que abalam ou mesmo destroem o Estado oligárquico, precipitando desta forma o surgimento de modalidades diversas de Estado capitalista, desde aquele fundamentado na democracia representativa até às ditaduras militares e às formas que combinam estruturas oligárquicas e instituições democráticas. Para WEBER³⁵ o Estado é uma relação de *dominação* de

³⁵ “Do ponto de vista da consideração sociológica, uma associação ‘política’, e particularmente um ‘Estado’, não pode ser definida pelo conteúdo daquilo que faz. Não há quase nenhuma tarefa que alguma associação política, em algum momento, não tivesse tomado em suas mãos, mas, por outro lado, também não há nenhuma da qual se poderia dizer que tivesse sido própria, em todos os momentos e exclusivamente, daquelas associações que se chamam políticas (ou hoje: Estados) ou que são historicamente as precursoras do Estado moderno. Ao contrário, somente se pode, afinal definir sociologicamente o Estado moderno por um meio específico que lhe é próprio, como também a toda associação política: o da coação física. ‘Todo Estado fundamenta-se na coação’, disse em seu tempo Trotski, em Brest-Litovsk. Isto é de fato correto. Se existissem apenas complexos sociais que desconhecem o meio da coação, teria sido dispensado o conceito de ‘Estado’; ter-se-ia produzido aquilo a que caberia o nome de ‘anarquia’, neste sentido específico do termo. Evidentemente, a coação não é o meio normal ou único do Estado – não se cogita disso -, mas é seu meio específico. No passado, as associações mais diversas – começando pelo clã – conheciam a coação física como meio perfeitamente normal. Hoje, o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte da qualidade característica -, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do ‘direito’ de exercer coação. (...) O Estado,

homens sobre homens, apoiada no meio da coação considerada legítima, em concomitância com Trotski para qual *“Todo Estado fundamenta-se na coação”*. Quando o populismo é vitorioso, pode surgir o Estado populista, como se verifica na Argentina, Brasil, México e alguns outros países. Essa transição está diretamente ligada às crises econômicas e políticas do capitalismo mundial (Primeira Guerra, a depressão econômica iniciada em 1929 e a Segunda Guerra Mundial) provocando convulsões políticas internas ou propiciando a eclosão de forças sociais, políticas e econômicas que se encontravam sob controle, na vigência dos governos oligárquicos. Neste clima de crise surgem as rupturas econômicas e políticas que provocam o enfraquecimento e o colapso das oligarquias, junto com o crescimento de movimentos de massas, partidos ou governos populistas. Estes governos populistas instalaram-se por vários meios. Lázaro Cárdenas, em 1934, e Juan Domingo Perón, em 1946 e 1951, assumem o poder por via eleitoral, nos quadros institucionais da democracia representativa. Getúlio Vargas, por seu lado, assumiu o poder em 1937 por meio do golpe de Estado e em 1951 por intermédio das eleições, segundo as normas da democracia representativa. Em 1961, na qualidade de vice-presidente da Revolução, João Goulart deveria assumir o governo, devido à renúncia do presidente Jânio Quadros, mas os interesses contrários ao populismo puseram em andamento um golpe de Estado, para impedir a posse regular do vice-presidente. Diante dessa situação, as forças populistas e de esquerda organizaram um amplo movimento popular, impedindo o desfecho do golpe e garantindo a posse de Goulart.

do mesmo modo que as associações políticas historicamente precedentes, é uma relação de ‘dominação’ de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima). Para que ele subsista, as pessoas dominadas têm que se submeter à autoridade invocada pelas que dominam no momento dado. Quando e por que fazem isto, somente podemos compreender conhecendo os fundamentos justificativos internos e os meios externos nos quais se apóia a dominação.” WEBER, M. *Economia e Sociedade*. 1999, p. 525-26.

Apesar de ter sido deposto por um golpe militar, em 1955, em 1973 Perón foi eleito democraticamente e reassumiu a presidência da República Argentina com o consentimento de antigos adversários e amplo apoio das massas peronistas. Desta forma, não há um modo característico de conquista do poder por parte das forças populistas. São peculiaridades que caracterizam o Estado populista: a combinação dos sistemas de mobilização e controle das massas assalariadas urbanas, bem como a coalizão de classes, ou forças políticas heterogêneas surgidas na crise da economia primária exportadora, o que o difere do *Socialismo*³⁶ pregado por MARX e ENGELS ou do *Fascismo*³⁷ definido por BOBBIO.

Pode-se classificar o Estado populista em regime de *democracia populista* ou *ditadura populista*.

³⁶ “O caráter científico da nova teoria socialista de Marx e Engels consiste: a) no fato de que o Socialismo, de programa racionalístico de reconstrução da sociedade que se dirige indistintamente à sua parte intelectualmente esclarecida, se transforma em programa de auto-emancipação do proletariado, como sujeito histórico da tendência objetiva para a solução comunista das contradições econômico-sociais do capitalismo (em particular da contradição entre propriedade privada e crescente socialização dos meios e dos processos produtivos); neste sentido o Socialismo pretende ser ‘ciência’ da revolução proletariada; b) no fato de que o Socialismo não se apresenta mais como um ‘ideal’, mas como uma necessidade histórica derivante do inevitável declínio do modo capitalista de produção, que se anuncia objetivamente nas crises cada vez mais agudas que ele enfrenta; c) no fato de que o Socialismo usa agora um ‘método científico’ de análise da sociedade e da história, que tem seus pontos fortes no ‘materialismo histórico’, com a teoria da sucessão histórica dos modos de produção, e na ‘crítica da economia política’, com a teoria da mais-valia como forma específica da exploração na situação do capitalismo industrial. São aspectos conexos, mas parcialmente diferentes.” in: BOBBIO, N. *Dicionário de Política*, p. 1198.

³⁷ “Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planificada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais.” BOBBIO, N. *Ibidem*, p. 466.

Segundo IANNI:

“A *ditadura populista* não implica na ditadura da burguesia ou dos assalariados, e muito menos na classe operária. Ela mantém o caráter policlassista, ainda que não em todos os níveis do poder. O Estado é apresentado pelas forças que se acham no poder como se representasse, ao mesmo tempo, todas as classes e grupos sociais, mas vistos como ‘povo’, como uma coletividade para a qual as tarefas do nacionalismo desenvolvista pacificam e harmonizam os interesses e os ideais. O Estado é proposto e imposto à sociedade como se fora o seu melhor e único intérprete, sem a mediação dos partidos. ‘Voto não enche barriga’, teria dito Vargas, durante o *Estado Novo*. Na ditadura populista, o povo teria no Estado seu guardião, intérprete, porta-voz e realizador. Para o povo, entretanto, o Estado somente se torna real quando se personifica nas palavras, imagens ou atos de um chefe. (...) A *democracia populista* tem a singularidade de excluir, de modo nítido, as forças não populistas. Isto é, essa democracia não abre a todas as classes e grupos da sociedade nacional as mesmas oportunidades de acesso ao poder. Ela tende a excluir as outras forças políticas, ou a aceitá-las somente pela adesão completa”.³⁸

Seja democrático ou ditatorial, o Estado populista preconiza a relação com os assuntos econômicos, internos e externos.

Com características e aspectos diversos, os Estados populistas passaram a fazer parte da história social, econômica e política dos seguintes países, entre outros: Brasil, desde 1930, com o primeiro governo Vargas; Bolívia, desde 1952, com o primeiro governo Paz Estensoro; Colômbia, nos anos quarenta, com o movimento de massas liderado por Jorge Eliécer Gaitán; Equador, desde 1934, com o primeiro governo Velasco Ibirra; Peru, desde 1924, com a fundação da *Alianza Popular revolucionaria para América* (APRA), por Victor Raul Haya de la Torre.

³⁸ IANNI, O. *A Formação do Estado Populista na América Latina*, p. 128-129.

No México, o “partido da revolução” foi sempre a principal organização política da harmonia nacional mexicana. Entre 1929 e 1937 chamava-se *Partido Nacional Revolucionário* (PNR), de 1937 a 1946 chamou-se *Partido de la Revolución Mexicana* (PRM) e a partir de 1945 passou a denominar-se *Partido Revolucionário Institucional* (PRI), que sofreu várias modificações destinadas a reforçar e aperfeiçoar o papel do “partido da revolução”, como partido de uma coalizão de classes. Este desenvolveu a simbiose entre o partido, o aparelho estatal e o sistema sindical, englobando operários, camponeses e o setor popular. Nesse processo, o *callismo* dos anos vinte foi incorporado e ultrapassado pelo *cardenismo*, que teve o seu apogeu em 1934-40. Durante a Segunda Guerra Mundial, inclusive sob o pretexto da luta contra o nazi-facismo, as pressões norte-americanas influíram na evolução do populismo mexicano para a direita. No México, o poder político nacional constitui-se numa combinação singularmente forte e eficaz de Estado-partido-sindicato. Na Argentina o “partido peronista” foi dominado pelas figuras de Juan Domingo Perón e Eva Perón, quando se desenvolveu bastante a liderança carismática. Aliás, com Eva Perón, ou Evita, a liderança carismática típica do populismo latino-americano atingiu uma das suas manifestações mais avançadas. O *peronismo* começa com base no sistema sindical preexistente, mas o amplia e o redefine, fazendo-o diferenciar-se cada vez mais das organizações políticas e sindicais controladas ou influenciadas pela esquerda, com a participação de setores militares e empresariais, além de alguns segmentos da classe média. Em sua primeira fase, o populismo argentino, amplamente apoiado por esses setores militares, do qual saíra o próprio Cel. Perón, esteve comprometido com a idéia da “pátria grande”. A grande Argentina, liderando uma parte da América do Sul, era o

sonho de alguns militares peronistas. Depois, os equívocos de Perón, as contradições do próprio peronismo, as pressões dos partidos antiperonistas e o imperialismo enfraqueceram o governo peronista dos anos 1946-55. Na história do peronismo, várias passagens marcaram este período, tais com a formação do movimento e os primeiros traços de sua ideologia, nos anos 1943-45; os dois governos de Perón, em 1946-55; o peronismo na oposição aos governos militares e civis dos anos 1955-73; o governo peronista de Cámpora, em 1973; o último governo de Perón, em 1973-74; o governo da viúva de Perón, Maria Estela Martínez de Perón, iniciado em julho de 1974. Verifica-se que o Perón de 1973-74, que reprime as alas de esquerda do peronismo, é um pouco o desenvolvimento do Perón de 1955 que negocia com os golpistas para evitar que as massas entrem numa luta armada contra eles. Em 1955 foram os golpistas que reprimiram os setores mais radicais do peronismo, ao passo que em 1973-74 é próprio Perón que põe em prática essa política.

2.5. O populismo no Brasil

Foi durante um período de crises que surgiu o *populismo* ou o estilo populista de se governar. Especificamente as crises do capitalismo internacional, desencadeada em 1929, que levou ao colapso o modelo agro-exportador em que

estava fundamentada a economia brasileira e, a crise da estrutura oligárquica de dominação política manifestada na Revolução de 1930.

A Revolução iniciou-se no dia 05 de Outubro de 1930. No Sul, as forças revolucionárias comandadas por Getúlio Vargas, depois de enfrentar pequena resistência no Rio Grande do Sul, encaminharam-se em direção a Santa Catarina e Paraná. Quando se preparavam para atacar Itararé, posição bem defendida e considerada imprescindível para a ocupação de São Paulo, um grupo de generais e almirantes sediados no Rio, resolveu intervir, depondo o Presidente Washington Luís. Formou-se assim uma Junta Pacificadora composta pelo general Mena Barreto, general Tasso Fragoso e almirante Isaías Noronha. Não sabemos se a Junta Pacificadora estava comprometida com os revolucionários, se desejava mudar o encaminhamento da revolução ou se, patrioticamente, agiu para evitar mais derramamento de sangue e as conseqüências de uma guerra civil. Admitiu, sem resistência, a liderança de Getúlio Vargas, que, chegando ao Rio a 3 de novembro de 1930, assumiu *provisoriamente* o governo da República como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do *Povo*.

Realizaram-se as eleições da Constituinte, dando um número de representantes aqueles que se podiam classificar sintonizados com as antigas oligarquias, apesar de, em número menor, estarem representantes classistas eleitos por sindicatos. Havia ainda uma perigosa corrente que, apesar de reconhecer as falhas do antigo regime, preconizava um estado forte, regulador das tensões sociais, dirigido por uma elite política transformadora. A nova constituição foi, portanto uma soma destas três tendências.

São as mais importantes características da Carta de 1934 as seguintes:

1. Poder executivo com direito de intervenção nas áreas política e econômica. Os ministérios deveriam adotar uma assessoria técnica;
2. Poder legislativo eleito proporcionalmente ao número de habitantes de cada Estado, evitando-se que os estados-membros populosos tivessem grandes representações. Seriam eleitos pelo voto secreto universal. Havia deputados eleitos indiretamente por sindicatos;
3. Onda de nacionalismo (limitação à imigração, nacionalização de empresas de seguros, do subsolo nacional) e das comunicações (restrito inicialmente à imprensa);
4. Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dando garantias mínimas ao trabalhador brasileiro, pela primeira vez;
5. Criação da Justiça Eleitoral (garantindo a lisura das eleições) e da Justiça Militar;
6. Eleições indiretas para o 1o. Presidente constitucional: vence Getúlio Vargas, derrotando Borges de Medeiros.

O Tenentismo é, assim, completamente superado, pois suas antigas propostas são esvaziadas através das conquistas da nova constituição. As oligarquias conservadoras estão garantidas e restauradas no poder e os "direitistas" satisfeitos com o poder do Estado, regulador das tensões.

A partir de 1934, crescem no Brasil duas tendências políticas. A primeira delas era o *integralismo*, conhecido pela sigla de AIB (Ação Integralista Brasileira), criado por Plínio Salgado em 1932. Preconizava a criação de um Estado ditatorial ultranacionalista e anticomunista. Este fascismo caboclo impressionava a classe média, o alto clero, parcelas reacionárias da sociedade em geral. Os integralistas alimentavam o sonho de atingir o poder com o apoio de Vargas. A segunda, o socialismo marxista, denominado ANL (Aliança Nacional Libertadora). Congregava as oposições a Vargas, tendo uma linha discretamente socialista marxista. A ANL opunha-se a todos os totalitarismos de direita, preconizando a criação de um Estado democrático, popular, extinguindo a propriedade privada nos meios de produção. O crescimento da ANL, sob o comando de Luís Carlos Prestes, incomodava as elites dirigentes e as que sonhavam com o poder.

Ambas criticavam o Estado burguês-liberal e a "democracia" por Vargas desenvolvida. Vargas, pressionado pelas oligarquias, inicia a repressão dos membros da ANL, obrigando-os a agir na clandestinidade. O Partido Comunista do Brasil que se associara a ANL opta pela revolução armada para tomar o poder. Um levante difuso, heterogêneo, mal planejado, mal executado, ao final de novembro de 1935 é sufocado por Getúlio, que decreta estado de sítio.

No plano econômico, Vargas era um tanto nacionalista, evitando ao máximo a entrada do capital estrangeiro. Foi nesse período também que aumentou a intervenção estatal na economia. O Estado participava como um planejador econômico. Posteriormente, durante o estado novo, o Estado passou a ter grandes

empresas e a participar da economia não só através do planejamento, mas também como um investidor.

Para se manter no poder, Vargas forjou um plano mirabolante, através do qual os comunistas tomariam o poder: era o *Plano Cohen*. A fobia ao comunismo feita através de hábil propaganda facilitou ao governo conseguir a decretação de um estado de guerra em plena paz e a adesão de vários governadores. Neutralizadas as oposições de esquerda (desde 35 abatidas), não foi difícil a Vargas esvaziar a resistência liberal. A 10 de novembro de 1937, o Congresso foi cercado, a resistência liberal dominada e uma constituição outorgada (redigida por Francisco Campos).

Após mais este golpe, Getúlio Vargas implanta o Estado Novo. Este período é, ao mesmo tempo, de grande avanço nas políticas sociais e econômicas, sobretudo através da criação de uma ampla legislação trabalhista - para os trabalhadores urbanos - e de apoio à industrialização, mediante projetos oficiais na área siderúrgica e petrolífera.

Para centralizar o controle da burocracia oficial, Getúlio Vargas cria, em 1938, o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Em 1939, cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com a tarefa de divulgar as ações do governo - sobretudo na *Hora do Brasil* - e controlar ideologicamente os meios de comunicação. Para estimular e controlar o sindicalismo operário são ampliados os serviços estatais de aposentadoria, criados em 1940, o imposto sindical e o salário mínimo, e posta em vigor a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),

em 1943. O governo manipulava os sindicatos, manipulando assim todos os trabalhadores. Getúlio Vargas avança no controle estatal das atividades ligadas ao petróleo e combustíveis através da criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1938. Estimula a indústria de base com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, em 1941, e obtém financiamento norte-americano para instalação da Fábrica Nacional de Motores, no Rio de Janeiro, em 1943. Inaugura também a Companhia Vale do Rio Doce, para explorar minérios. A fim de contribuir com a formação de mão-de-obra especializada para o setor industrial, funda o Serviço Nacional da Indústria (Senai), em 1942, e o Serviço Social da Indústria (Sesi), em 1943.

A participação do Brasil no esforço de guerra dos Aliados, em defesa da democracia e contra o totalitarismo nazista e fascista, afeta a estabilidade do regime ditatorial interno. Cresce a oposição social e política ao Estado Novo entre intelectuais, estudantes, religiosos e empresários. Vargas, apesar de todo o aparato de repressão, não mantém mais o controle da situação. Passa, então, à ofensiva e, no início de 1945, anuncia eleições gerais para o final do mesmo ano, com o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, como seu candidato. As pressões de setores da burocracia e do trabalhismo para que o próprio Getúlio dispute as eleições criam a desconfiança das oposições, que se movimentam com a cúpula militar e articulam o golpe de 29 de outubro de 1945. Os ministros militares destituem Getúlio Vargas e passa o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, até a eleição e posse do novo presidente da República, o general Dutra, em janeiro de 1946.

Verifica-se o estilo populista durante todo o processo de democratização do Estado que, na realidade, sempre se apoiou em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional estabelecido por Getúlio Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do após-guerra (1945-64). A figura do populismo esteve presente nas manifestações políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentou assumir as funções de domínio político do Brasil, país tradicionalmente agrário. E também, na expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nestes decênios e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político.

Após a Revolução de 1930, movimento liderado por homens de classe média e por alguns chefes oligarcas - entre eles o próprio Getúlio Vargas, que abre a crise do sistema oligárquico de poder estabelecido desde os primeiros anos da República (1889, e consagrado na Constituição liberal de 1891), Vargas buscou criar uma democracia de bases populares, fazendo concessões simultâneas à classe média e ao proletariado. Neste período, como acima já mencionado criou algumas bases do populismo brasileiro, formulando a doutrina da “*paz social*” e reconhecendo os sindicatos como legítimos órgãos do proletariado. Em seguida, nos anos de 1937-45 Vargas instalou uma ditadura denominada “corporativa”. Período em que outorgou a *Consolidação das Leis de trabalho* (CLT), formalizando as relações de trabalho nos setores secundários e terciários. Estabeleceu o salário mínimo, as férias remuneradas, o aviso prévio, o direito à maternidade e outros dispositivos.

Formalizou os direitos e os deveres dos trabalhadores no mercado de trabalho industrial tanto quanto nas outras atividades produtivas localizadas na cidade. É neste período que surge a figura do pelego, que passa a ser um elemento essencial da burocracia sindical populista, pois aparece em muitas situações importantes, vinculando trabalhadores e sindicatos ao aparelho estatal. Observa-se, a partir de 1930, uma tendência à ampliação institucional das bases sociais do Estado com a participação das classes médias e dos setores burgueses vinculados à industrialização no processo que conduz à crise do regime oligárquico. A participação política das classes populares tem muito a ver com as condições em que se instala o novo regime e com a incapacidade manifestada pelas classes médias e pelos setores industriais em substituir a oligarquia nas funções do Estado. Os setores industriais, certamente, foram grandes beneficiários das mudanças políticas que se verificam depois da Revolução de 30. Embora, não teriam tido um papel importante nos acontecimentos que levaram à crise da oligarquia, pois a burguesia industrial, como força política individualizada, esteve praticamente ausente do processo revolucionário.

A partir de 1930 a pressão popular se tornou rapidamente um dos elementos centrais do processo político, pelo menos no sentido de que as formas de aquisição ou de preservação do poder estarão cada vez mais impregnadas da presença popular. Cabe observar que se no período oligárquico as massas se encontravam distanciadas de qualquer possibilidade de participação real, no período posterior - seja durante a ditadura Vargas, seja durante a etapa democrática (1945-1964) sua participação ocorrerá sempre sob tutela de representantes de alguns dentre

os grupos dominantes. A Revolução de 30 denuncia, em vários aspectos, o compromisso fundamental entre os setores urbanos e os grupos agrários dominantes. E a natureza do compromisso está implícita na célebre frase de Antônio Carlos, chefe do governo do Estado de Minas, representante de um dos mais fortes setores agrários, e um dos chefes da revolução: “*Façamos a Revolução antes que o povo a faça*”. Poder-se-ia dizer, com efeito, que em 30, certos setores agrários se anteciparam aos setores urbanos e definiram deste modo os limites de ação destes últimos. Rompido o equilíbrio do regime oligárquico, assentado no eixo estabelecido entre os Estados de São Paulo (sob o impacto da crise do café) e Minas Gerais, com a adesão deste ao Governo do Rio Grande do Sul (Getúlio Vargas) impõe-se à necessidade de uma nova estruturação do poder. O velho esquema assentado basicamente nos interesses cafeeiros já não encontrava condições de viabilidade. A revolução de 1930 havia liquidado com o sistema de acesso ao poder pelo recrutamento no interior das famílias e grupos econômicos tradicionais.

Aparece, assim, conforme denomina Octavio Ianni “*o fantasma do povo*” na história política brasileira, que será manipulado soberanamente por Getúlio Vargas durante 15 anos. Completa IANNI:

“Através de Getúlio, o Estado criará uma estrutura sindical que controlará durante todas as décadas posteriores, ‘doará’ uma legislação trabalhista para as cidades (atendendo assim à pressão das massas urbanas, que manipula, sem molestar os interesses do latifúndio), estabelecerá, através dos órgãos oficiais de propaganda, a ideologia do ‘*pai dos pobres*’. Enfim legalizará a ‘*questão social*’, ou seja, reconhecerá para as massas o direito de formularem reivindicações. Firmando seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio estabelece *o poder do Estado*

*como instituição, e este começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira. Relativamente independente desta, através dos mecanismos de manipulação, passa a impor-se como instituição inclusive aos grupos economicamente dominantes”.*³⁹

É preciso ter sempre presente que a emergência política das massas no período posterior a 1930 se encontrou desde o início condicionada pela crise interna dos grupos dominantes. As massas populares urbanas constituem a única fonte social possível de poder pessoal autônomo para o governante e, em certo sentido, se constituirão na única fonte de legitimidade possível para o próprio Estado. O chefe do Estado passa a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso que, inicialmente formada pelos interesses dominantes, deverá contar agora com um novo parceiro — as massas populares urbanas — e a representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe do Estado. Nas funções de árbitro, ele passa a decidir em nome dos interesses de todo o povo e isto significa dizer que ele tende, embora essa tendência não possa efetivar-se sempre, a optar por aquelas alternativas que despertam menor resistência ou maior apoio popular.

Essa tendência se efetivou principalmente com Vargas e com quase todos os demais chefes de Estado desde 1930 até 1964. O exemplo mais notável dessa tendência é sem dúvida o da própria carreira política de Vargas. Chefe de uma oligarquia regional até 1930, Getúlio Vargas governa até 1945 segundo um esquema de força em que os grupos oligárquicos aparecem como aliados, mas não como fatores determinantes da orientação governamental. Nessa etapa ele constrói seu prestígio pessoal junto às massas urbanas. Já no seu segundo Governo (1951-54) tenta realizar uma política de desenvolvimento capitalista nacional, mas é derrotado

³⁹ IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.

frente às pressões externas e internas, o populismo de Vargas conformou-se às regras da democracia representativa, onde os remanescentes da oligarquia, ao lado do imperialismo, estiveram bastante ativos contra o seu governo. Recusando renunciar às suas funções suicida-se e deixa uma carta-testamento que é um dos documentos mais notáveis do populismo e do nacionalismo brasileiros. Talvez os dois mais importantes acontecimentos do governo populista, nesse período, tenham sido a criação da *Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás)* e a publicação da *Carta Testamento*. Getúlio Vargas é o exemplo mais claro do *populismo brasileiro*, mas não o único, podem-se observar tendências mais ou menos semelhantes em Jânio Quadros e João Goulart.

Em análise aos fatores que sugerem à caracterização destes períodos como práticas políticas populistas, percebe-se o interesse na conquista do voto e na manipulação das aspirações populares. No mesmo sentido WEFORT exprime:

“Em determinados momentos, somos inclusive tentados a permanecer nessa percepção fragmentária e a conceber o populismo mais como um fenômeno de natureza pessoal que de qualidade social e política. Expliquemo-nos: as bruscas mudanças de orientação política de líderes como Vargas ou Jânio Quadros, por exemplo, poderiam dar a impressão de que o populismo nada mais seria do que uma espécie de ‘oportunismo essencial’ de alguns líderes, uma desmedida ambição de poder associada a uma quase ilimitada capacidade de manipulação de massas. (...) Essa noção — que nos parece traduzir o essencial do ponto de vista de alguns liberais de classe média, perplexos diante dos rumos assumidos pelo processo político depois de 1945 — terá talvez seu grão de verdade. Muitos homens de esquerda — diga-se, de passagem que também são homens de classe média — têm uma visão semelhante. Parece-nos, contudo, que embora a manipulação tenha sido uma das tônicas do populismo, seria demasiado — sumário e abstrato caracterizar apenas como manipulação um estilo

de liderança política — e, em certo sentido, um tipo de regime político — que, de qualquer modo, se confunde em muitos aspectos com a história do País nos últimos decênios. O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes”.⁴⁰

Sem levar em conta o período Vargas, símbolo do populismo no Brasil, desde 1945 até 1964, são vários os líderes de ressonância nacional que buscaram conquistar a adesão popular nos centros mais urbanizados do País. Cada um deles com um “estilo” próprio, sua política pessoal quase sempre pouco explícita e sua ideologia, ainda menos explícita. Em Montes Claros, cidade de convergência econômica, situada ao norte de Minas Gerais, não foi diferente. Levada pelo calor da transição política que estava acontecendo no início da década de 1980, teve sua história marcada pela troca do domínio político, num movimento com forte apoio popular, que se caracterizou pela união de classes sociais antagônicas voltadas contra uma estrutura oligárquica. Fatos que serão abordados no próximo capítulo.

⁴⁰ WEFFORT, Francisco Correia. *O Populismo na Política Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 p. 62.

CAPÍTULO III

A DOMINAÇÃO E A TRANSIÇÃO DO PODER POLÍTICO

EM MONTES CLAROS NA DÉCADA DE 80

3.1. O cenário político nacional e local nas décadas que antecedem o movimento oposicionista de 1982

A partir de 1961, quando os proprietários de terras foram se organizando num combate à reforma agrária proposta pelo Governo João Goulart, verifica-se a integração destes grandes proprietários de terras ao projeto político dos demais setores dominantes, engajados na transformação da direção do Estado. No entendimento que se formava sobre a política de reformas de base que o Executivo tentava implantar, julgavam-na radical e uma séria ameaça às suas propriedades. Apoiado pela ampla maioria que detinha no Congresso, o conservadorismo rural adere ao movimento de oposição ao governo central.⁴¹

Somente um golpe militar poderia tirar o controle do centro de poder das mãos dos nacionalistas e populistas e sustar a crescente mobilização popular. Os interesses multinacionais e associados foram focalizados através do

⁴¹ BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. Cap.10.

IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). O primeiro foi formado no final dos anos 50 e o IPES, em 1961. Constituído de militares e empresários (inclusive aqueles ligados ao setor agro-exportador), tinha como objetivo adequar o Estado a um novo bloco de poder.

A participação direta no IPES dos grandes proprietários mineiros, que se sentiam frontalmente ameaçados com a realização do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, em 1961, pela defesa da imediata implantação da reforma agrária, foi de grande importância para a preparação do golpe em Minas. Significou o apoio de um setor tradicional da economia às grandes modificações propostas para todo o país, ainda que este significado não tenha sido explicitado para a oligarquia, que acreditava estar lutando pela defesa de suas propriedades e contra o comunismo. O apoio se formalizou com a formação do Conselho das Classes Produtoras, que reunia a Federação das Associações Rurais de Minas Gerais - FAREM, a Sociedade Mineira de Agricultura - SMA, e a União das Associações Cooperativas - UNAC. Com isto, os proprietários passam a contribuir também financeiramente para todo o movimento de oposição ao Governo Federal em Minas.

Outro ponto de grande relevância no movimento ruralista foi a questão do pagamento de indenização através de títulos, contrariando a Constituição da época, que previa o pagamento em dinheiro, foi o tema central das discussões dentro do Congresso. Os interesses rurais e multinacionais se aliaram em defesa da definição constitucional como forma de barrar o projeto de Reforma Agrária.

Montes Claros e toda região do Norte de Minas, onde dominavam a pecuária de corte e culturas tratadas de maneira inadequada, eram certamente áreas de interesse para a proposta de Goulart. Justificou-se assim a rápida inserção dos grandes produtores regionais ao movimento oposicionista. Entretanto, suas ações se voltavam para a defesa de suas propriedades e ao repúdio ao comunismo, como dissemos acima. Defendendo a Pátria e a Família, compunham o coro ideológico necessário à política que se armava.

Com o apoio ideológico ao movimento nacional, era interesse da elite montesclarenses manter-se em posição hegemônica numa situação de dominação política patrimonialista para deixar claro que não só as terras têm donos, mas também a política e a organização do poder; a idéia da divisão poderia romper o encadeamento hierárquico e familiar de transmissão de terras e poder. O apoio dos setores médios e a articulação parlamentar foram, sem dúvida, elementos de fundamental importância para a gestação e legitimação do golpe militar, e levados a cabo não só nos centros de poder, mas também em vários pontos do interior do país. Em Montes Claros tais setores se engajaram neste conflito, principalmente através do movimento estudantil, que se desenvolveu em duas direções: um grupo mais à esquerda, apoiado pela Ação Católica mineira, através do JUC – Juventude Universitária Católica, do JEC – Juventude Estudantil Católica e do JOC – Juventude Operária Católica, que desenvolviam suas atividades no Diretório

Estudantil de Montes Claros – DEMC e o outro, um núcleo político de direita, organizado em torno da Frente Estudantil Anticomunista – FEAC.⁴²

A classe dominante de Montes Claros, composta por sua grande maioria de fazendeiros de famílias tradicionais não aceitava o fato de João Goulart propor uma reforma agrária que tinha à frente Leonel Brizola. Neste sentido os fazendeiros se insurgiram contra a reforma agrária na cidade. Fizeram reuniões onde colocavam, no cinema da cidade, centenas de fazendeiros, para discutir a reforma agrária que estava sendo feita e opor-se a ela. Não demorou muito e estes comemoram a queda de João Goulart. Assim, a vitória do golpe foi assimilada com tranquilidade, demonstrando um grande poder de mobilização da elite local.

Os compromissos firmados entre as elites do município e do estado de Minas Gerais, nessa época, tiveram grande alcance político, dentre eles a criação do frigorífico, demonstrando como os pecuaristas tiveram seus interesses respeitados no projeto industrializante do Governo do Estado; e a do 10º Batalhão de Polícia Militar que teve um papel importante na implementação das medidas golpistas na cidade, em 1964. O 10º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em Montes Claros era um componente da organização revolucionária. No dia definido pela cúpula golpista, sob o comando do Coronel Georgino Jorge de Souza, partiu de Montes Claros uma tropa de 800 homens, rumo à capital da República, integrando às tropas do General Vale em Maracatu, seguindo juntos para ocuparem a capital da República. Em Montes Claros, líderes locais poderosos criaram uma milícia revolucionária para refutar qualquer movimento anti-revolucionário que surgisse.

⁴² OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova Cidade, Velha Política: Um Estudo de Poder sobre Montes Claros – MG*. Recife, 1994. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco.

A expressão dos interesses populares sempre foi inibida pela forma de organização do poder no Norte de Minas, pelo autoritarismo oligárquico ou pela política coronelista⁴³.

3.1.1. As administrações municipais e seus gestores

Antes do grande movimento oposicionista de 1982 algumas gestões administrativas ajudaram a construir a história de Montes Claros. As gestões do médico Pedro Santos (1963-66 e 1971-72) foram marcadas por grande adesão popular, principalmente das classes menos favorecidas que depositavam seus votos em troca de consultas que Pedro Santos sempre oferecia gratuitamente. Não se pode definir sua prática política como populista, pela ausência de incentivos à mobilização popular e nem como carismática, pela falta de características que concentrassem nele como líder arregimentador de fiéis, independentemente da troca de favores. Médico bastante conhecido na cidade como bom de voto, cuja popularidade se justificava pelo atendimento gratuito aos pobres. Governou sem o apoio das Câmaras, mas com grande apoio popular e durante sua primeira gestão é que se iniciou a industrialização na cidade.

Antonio Lafetá Rebello, tido como um dos maiores fazendeiros do município, também assumiu a Prefeitura em dois mandatos (1967-70 e 1977-82), contava com o apoio da Sociedade Rural de Montes Claros. Em sua primeira gestão

⁴³ LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

não consegue muitas realizações, mas continua sendo o candidato de consenso das elites. No segundo mandato, enfrenta uma oposição mais articulada, que apresenta candidatos como Haroldo Tourinho, José da Conceição e Pedro Narciso, porém vence as eleições com o apoio dos governadores Aureliano Chaves e Francelino Pereira. Por determinação do Conselho de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior, contrata o programa Cidades de Porte Médio, que traz muitos recursos para Montes Claros, reorganiza a Prefeitura e direciona a urbanização da cidade, tem sua administração conhecida como de apoio às entidades de elite. Na Câmara, encontra uma resistência forte, que é Luiz Tadeu Leite – vereador mais bem votado da história de Montes Claros – radialista e estudante de Direito, que mantém um programa diário, chamado Boca no Trombone, de denúncias à administração local.

O médico e fazendeiro Moacir Lopes vence as eleições de 1972 para a Prefeitura de Montes Claros. Mantém o controle do voto rural, o que lhe favoreceu diante do candidato adversário Crisantino Borém, outro médico de bases eleitorais urbanas. Sua administração foi avalizada pelas boas relações entre o Governador Rondon Pacheco e a elite local, que se reverteram na implantação da Companhia de Distritos Industriais e na aprovação de grande número de projetos pela SUDENE. Com a maioria dos vereadores a seu favor, estabelece um estilo de atuação política da elite tradicional patrimonialista, sempre apoiado pelos pequenos produtores rurais.

Alguns fatores levam o radialista e advogado Luiz Tadeu Leite à Prefeitura de Montes Claros em 1982:

- a) a campanha estadual do candidato a governador Tancredo Neves;
- b) a desarticulação do PDS local;
- c) a ascensão do movimento popular em nível nacional.

A campanha de Tancredo Neves propunha mudanças políticas através de reformas sociais, agregava a expectativa de mudança de amplos setores da população, e prestou apoio ao diretório municipal, inclusive com a presença do candidato a governador nos palanques. O PDS local passava por uma desarticulação interna, resultando na impossibilidade do apoio do diretório estadual. As propostas de facilitar à população o acesso aos serviços públicos e propiciar a sua participação junto à administração agregaram, em torno de Luiz Tadeu Leite, apoio das associações de bairros, de alguns setores da igreja, de sindicatos, de profissionais liberais e de funcionários públicos, que representavam o movimento popular local. Tadeu teve como vice o médico e fazendeiro Mário Ribeiro da Silveira, bastante conhecido na sociedade local, de prestígio junto à elite e irmão do Sociólogo Darcy Ribeiro, o que certamente facilitou o apoio aos setores médios.

Inicia a partir de 1982 um novo estilo de dominação política que será abordada como maiores detalhes no item 3.5.

3.2. As instituições burocráticas de poder

O poder tradicional e a concentração de recursos aliados ao imperativo burocrático das organizações sociais fazem das entidades de classe instâncias políticas de grande importância, inclusive em cidades como Montes Claros, cuja política evidencia características de coronelismo, clientelismo e lideranças populistas. Ainda que estas qualificações da política concorram para a atomização das relações políticas, estas são sempre relações de classe que requerem canais para se expressarem enquanto tais.

Em Montes Claros verifica-se que a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros - ACI e a Sociedade Rural são as principais entidades que mais aglutinaram poder de decisão em nível local. Estas entidades reúnem as informações relativas aos principais negócios realizados, estão presentes nas decisões tomadas a favor do município e falam em nome da cidade nas negociações feitas fora de seus limites, pelo Governo do Estado ou nos órgãos federais. Também agregam os interesses dominantes locais e atuam no cotidiano da vida da sociedade, atuando como efetivos centros institucionais de poder.

A Associação Comercial e Industrial de Montes Claros é um desdobramento da antiga Associação Comercial fundada em 1936. Após um período de desativação, reorganiza-se, em 1949, numa iniciativa de Plínio Ribeiro dos Santos (médico, industrial e fazendeiro), de Antonio Amaral (comerciante), de Ubaldino Assis (advogado e comerciante) e de Antonio Loureiro Ramos

(comerciante). Plínio Ribeiro dirigiu a entidade até 1955, e durante a gestão, se elegeu deputado federal (49). Os demais presidentes foram: Antonio Loureiro Ramos (1953-58); Ubaldino Assis (1958-63); Décio Lopes de Oliveira (advogado, comerciante, 1963-65); Alberto Celestino Ferreira (empresário da indústria têxtil, 1965-69); Corbiniano Aquino (fabricante de licor de pequi, 1969-73); João Bosco Martins de Abreu (diretor da Matsulfur, 1973-77); José Correa Machado (advogado, 1977-81); Valdir Veloso Figueiredo (comerciante, 1981-85).⁴⁴

Desde a sua fundação, a ACI agrega interesses dos empresários da indústria tradicional, como a têxtil e a alimentar, representadas respectivamente por João Paculdino Ferreira e Edgard Martins Pereira. Ainda que formalmente aceite a filiação de pequenos e médios empresários, seu número de filiados, até novembro de 1984, não passava de duzentos, um número reduzido para uma entidade que é representante dos interesses empresariais de todos os setores de atividade econômica além de promover a mobilização empresarial, tendo em vista a participação do empresário no encaminhamento das decisões de governo. Participa da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Minas Gerais, presta assessoria jurídica, tributária e fiscal, investe em preparação de mão-de-obra, mas sua principal função é de caráter político. O reconhecimento do vínculo das ações do empresariado local ao governo é explícita, assim como a consciência de que se trata de um instrumento de defesa de interesses de classe. Neste sentido, a ACI é um dos canais prioritários na manutenção das alianças entre os empresários mineiros e a elite local. Foi expressiva sua atuação em momentos importantes como a instalação do escritório da SUDENE, a compra de motores a diesel para a implantação da extensão da rede de energia

⁴⁴ Dados da ACI - MC

elétrica de Três Marias, a pavimentação asfáltica da BR-135; a construção do aeroporto e a instalação das agências do Banco do Nordeste. Do mesmo modo, teve uma atuação decisiva na legitimação, em nível local, do movimento empresarial e militar mineiro em 1964. Foi ainda através da ACI que o Governo do Estado negociou a instalação da Companhia de Distritos Industriais em Montes Claros. Por ser uma entidade que representa a liderança empresarial dos setores do comércio e da indústria e, portanto, de parte do grupo de poder local, a ACI compartilha o poder com a Sociedade Rural, a entidade que representa a oligarquia rural, criadores ou comerciantes de gado e proprietários de fazendas produtoras de alimentos ou insumos industriais, do município e da região.

A Sociedade Rural representa os interesses mais tradicionais do poder local. Estes interesses se constituem em entidade a partir de 1944, com o nome de Sociedade Agropecuária, e se torna Associação Rural sete anos depois. Desde sua fundação, a Sociedade Rural foi dirigida por representantes das principais famílias montesclarenses. Foram seus presidentes: Geraldo Ataíde (1944-47); Antonio Augusto Teixeira (1947-49); Antonio Augusto Tupinambá (1949-51); João Antonio Pimenta de Carvalho (1951-55); João Alencar Ataíde (1955-62); Antonio Augusto Ataíde (1962-63 / 1967-68); Osmane Barbosa (1968-69); Air Lelis Vieira (1969-71), José C. Soares Dias (1965- 67/1971/1976); Fábio Rebello (1965-66); Fábio Ribeiro da Silva (1971); Afonso Brant Maia (1971-73)/1973-(75); Antonio Lafetá Rebello (1975-76); Lucas Elmo Pinheiro (1976-77/1977-79).⁴⁵

⁴⁵ Dados da Sociedade Rural de Montes Claros (MG).

A Sociedade Rural cuidava inicialmente de questões trabalhistas e assistenciais. Em 1960 foi criado o Sindicato Rural para tratar desses assuntos, mantendo-se a Sociedade Rural com a função política de representar e defender os interesses dos ruralistas. Identificando e garantindo os interesses de um setor específico do grupo dominante local, a Sociedade Rural se organiza como uma entidade civil que não oferece, individualmente, nenhum benefício e cuida de administrar o patrimônio da extinta Associação Rural, como balanças de gado, o parque de exposições, entre outros. A Sociedade Rural, instrumento de poder dos grandes produtores e proprietárias agrícolas regionais, especialmente aqueles que residem em Montes Claros, tem uma atuação muito intensa dentro do município. Ela esteve presente em todas as eleições para a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa e Câmara Federal, apoiando candidatos e garantindo sua representação. Elemento ativo em todas as decisões políticas é também consultada na implantação de projetos dos governos estadual e federal e trata, com relativa eficiência, das reivindicações do setor. Durante a seca ocorrida em 1976 e 1978, foi instrumento de pressão na prorrogação do prazo para pagamento das dívidas dos grandes produtores agropecuários dos municípios do norte de Minas, benefícios que, inclusive, se estenderam a outras regiões do Estado, como as do Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e Vale do Rio Doce. Nas negociações diretas com os governadores de Estado, ocorreram casos em que nem foi necessária a intermediação dos deputados, tal a receptividade do governo para com a elite tradicional.

Tanto a ACI quanto a Sociedade Rural se anteciparam até mesmo ao fenômeno da urbanização, numa demonstração de que não foi uma necessidade local a formação destas entidades, mas sim um apelo de organização dos setores dominantes regionais e estaduais. Não obstante, a eficiência do grupo de poder local pode ser medida pela implementação de formas aprimoradas de controle, expressas em suas entidades de classe. Se até os anos 60 as intermediações entre o Estado e o Município eram feitas por interesses oligárquicos e patrimonialistas tradicionais, garantindo ao mesmo tempo espaço político diante da elite mineira e o controle da direção do município, desde então a liderança empresarial dos setores do comércio e da indústria passa a participar desta intermediação. Nesta medida, a Associação Comercial e Industrial e a Sociedade Rural são preponderantes, em nível local, pelo tipo de desenvolvimento verificado em Montes Claros.

3.3. Os movimentos Oposicionistas

Nos anos 60, Montes Claros foi palco do início da organização estudantil na região. Mesmo com a atuação restrita a pequenos grupos, não deixaram de se embalar pelo canto nacional reformista. Desenvolveram um trabalho assistencialista com algumas incursões pelos bairros mais pobres; e sofreram vários tipos de repressão durante todo o período. As primeiras movimentações ocorreram

sob a orientação da Ação Popular - AP, da Juventude Estudantil Católica - JEC e da Juventude Universitária Católica – JUC. O grupo, formado por profissionais liberais, estudantes secundaristas e universitários, tinham no seu programa de ação uma mistura de assistencialismo e conscientização política, um trabalho vigiado pelas autoridades e freqüentemente acusado de ação comunista.

Segundo a Professora Lúcia Teixeira de Souza, que viveu momentos de conflitos ideológico e familiar naquele período, pelo fato de ser ativista política anti-revolucionária e, por ironia, filha do Coronel Georgino Jorge de Souza – Comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em Montes Claros – era comum ouvir dos defensores da implantação do regime militar, após este já ter sido estabelecido, que a revolução de 64 veio repor a ordem no país, sujeita a demagogos visionários que queriam “cubanizar” o Brasil. Ela também fala das perseguições sofridas e do desamparo que os movimentos sofreram após a implantação do regime militar:

“Eu pertencia ao JEC, tínhamos o apoio da Igreja Católica. Nós desenvolvíamos trabalhos e atividades que até hoje nunca se viu nos movimentos estudantis após a dita ‘revolução’ de 64. Foi muito difícil quando começamos a perder o apoio da Igreja Católica, pois colegas começaram a desaparecer, lembro-me do caso de um companheiro que simplesmente sumiu, depois de algum tempo ele apareceu, mas não dizia coisa com coisa, tinham feito uma lavagem cerebral nele, foi muito torturado, e depois de mais algum tempo ele sumiu de vez. E afirmo: só não fui

presa e torturada porque eu era, apesar de ativista, filha de um revolucionário”.⁴⁶

As ações estudantis se concentravam em torno do Diretório Estudantil de Montes Claros – DEMC. Utilizavam-se de um programa de rádio, cujos recursos eram provenientes das carteiras de estudantes, o que lhes dava um certo reconhecimento público. Criticavam o tipo de política coronelista aplicada, mas não falavam abertamente em reforma agrária. Numa estrutura de poder oligárquico, como a que dominou Montes Claros por mais de 120 anos, a defesa da reforma agrária, feita por um pequeno número de pessoas localizadas nos setores médios urbanos, não poderia ter grande acolhida. Ainda que durante a administração de João Goulart tenha sido disseminada pelo país a compreensão de que a mudança das condições sociais de vida da população passava pela reforma agrária. Internamente, os grupos de oposição acreditavam na necessidade de promovê-la, mas não tiveram uma ação política capaz de enfrentar tamanho adversário. No final dos anos 70, surgem movimentos um pouco mais críticos, candidaturas parlamentares tentando uma representação política formal de perspectiva popular e a ampliação de entidades como a Comissão Pastoral da Terra - CPT, a Pastoral Operária - PO e as Comunidades Eclesiais de Bases - CEBs.⁴⁷

No início da década de 80, nasce o movimento de oposição de maior alcance já ocorrido em Montes Claros, surgido durante a campanha eleitoral para a Prefeitura, em 1982. Uma oposição diferente daquelas tratadas anteriormente, mas

⁴⁶ SOUZA, Lúcia Teixeira de. Montes Claros, 08 de jan de 2001. Professora do Curso de Direito da UNIMONTES e ativista política no período do Regime Militar brasileiro. Entrevista concedida ao autor desta pesquisa.

⁴⁷ OLIVEIRA, E. *Nova Cidade, Velha Política: Um Estudo de Poder sobre Montes Claros – MG*.

que não deixou de ser uma oposição ao poder instituído e que culminou na eleição de Luiz Tadeu Leite, um candidato que não era representante do poder oligárquico ou dos interesses empresariais.

3.4. As organizações partidárias e a transição política

Integrada à nova ordem política, a elite local age de acordo com os setores dominantes do Estado de Minas, através da ação política de militares e empresários, garantindo-se política e economicamente, amarrando seus próprios interesses, reforçando os velhos compromissos entre o governo do Estado, com o município, e com o governo federal através de seus parlamentares. Dessa forma, assegura os recursos necessários à sua manutenção enquanto grupo hegemônico local.

Surge na cidade um novo grupo que se agrega ao poder local, num novo tipo de atividade econômica - a indústria - que se incorpora à referência do grupo de poder, uma vez que parte dos novos empresários são antigos fazendeiros. Mas sua composição básica continua a ser de grandes fazendeiros e grandes comerciantes.

O poder dominante montesclarenses, agora constituído de grandes fazendeiros, grandes comerciantes e novos industriais, vive, neste período histórico crítico, a intensificação de suas relações com o grupo dirigente do Estado de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que garante sua posição de classe, ao se confrontar com os opositores locais e regionais e se lançando numa campanha de aprimoramento de suas formas de controle e dominação.

Com a expansão do aparato burocrático e a consolidação do clientelismo como mecanismo regulador da participação política, Montes Claros rompe os anos 60 referendando a política partidária mineira. Não apenas em nome do compromisso entre as elites local e estadual, mas também como uma forma de efetivar a participação do município no processo de concentração de poder no Brasil. E Montes Claros corrobora esta tendência. De um lado, as entidades civis são canais prioritários de arregimentação de interesses; de outro, até 1982, predominam os interesses da elite tradicional na composição do sistema partidário local. O Movimento Democrático Brasileiro se mantém com um percentual de votação inferior ao da ARENA, e ainda assim representa uma oposição conservadora, vez que sua prática política não se distingue em muito daquela desenvolvida pelo partido da situação. A partir de então, com a ascensão do MDB, os interesses dominantes não se representam apenas em partidos que acolhem os interesses da elite tradicional e a oposição se desloca para o Partido dos Trabalhadores.

Montes Claros, berço do situacionismo em relação ao Governo do Estado, do clientelismo e da perda relativa da capacidade de arregimentação de interesses para o conjunto da sociedade civil, tem sua política partidária local

dominada, até a primeira metade dos anos 50, pelo PR e pelo PSD. A partir de então começa a contar com uma outra força partidária, o PTB, enquanto a UDN mantém sua modesta participação. O compromisso entre o Governo do Estado e o Município pode ser compreendido se tomarmos o PR como o parceiro regional do PSD, ambos traduzindo interesses oligárquicos menos urbanizados. O importante é que o compromisso se mantenha, através da aliança da elite local, com alguma facção do grupo de poder estadual. As eleições de 1962 confirmam para todo o Estado de Minas Gerais a supremacia da UDN e do PSD, revelando ainda o PTB e o PR como legendas partidárias importantes.

Manifesta-se em Montes Claros uma tendência que vem se confirmando em quase todo o país: a formação de um partido político constituído, em sua maioria, de setores da classe média urbana, sendo um destes grupos com uma orientação ideológica mais à esquerda: o Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Em nível estadual, este partido nasce da junção do PTB com o PSD, com posteriores adesões de parte da UDN e de setores da esquerda, já na cidade se forma basicamente de políticos novos. Em 1965, foi imposto nacionalmente o bipartidarismo, que possibilitou a reunião, sob a mesma legenda da Aliança Renovadora Nacional - ARENA, dos mais fervorosos defensores dos interesses oligárquicos, reunindo todo o PR, grande parte da UDN e do PSD e parte do PTB.

A redução das opções das siglas partidárias no período aliada à industrialização, como parte do projeto político das classes dominantes local e estadual, contribui decisivamente para a concentração de poder e recursos políticos na ARENA, o que se desdobra em fortalecimento do poder dominante local, dando

um caráter de eficiência a esta dominação e facilitando sua penetração no conjunto da sociedade civil.

A figura política começa a se mudar a partir das eleições estaduais e federais de 1974. Conhecidas nacionalmente como as eleições da vitória da oposição, estimulam o crescimento do partido nestes dois níveis. O MDB local, saindo de uma derrota em 1970, quando não atingiu 15% da votação partidária e não elegeu candidatos, se auxilia do clima de crescimento e lança nomes já conhecidos na legenda, como Genival Tourinho e Pedro Narciso. Assim, em 1974, Tourinho se torna o segundo candidato a deputado estadual mais votado no município, e Narciso leva para a legenda, na Câmara Federal, mais de oito mil votos.

Naquele período a ARENA possuía um número maior de nomes e, em 1970, elegeu Moacir Lopes, Humberto Souto (atualmente Presidente do Tribunal de Contas da União) e Artur Fagundes para a Assembléia Legislativa, e para a Câmara Federal - os empresários Luiz de Paula Ferreira e Edgard Martins Pereira. Em 1974, este partido (ARENA) apresenta Pedro Santos, com mais de dez mil votos, para a Câmara Federal, e Antonio Soares Dias, com 6.648 votos para a Assembléia Estadual.⁴⁸

Os arenistas sempre estiveram ligados à indústria tradicional ou à agropecuária, enquanto os emedebistas poderiam se caracterizar como fazendeiros médios, mas também como políticos profissionais de classe média alta. De certa forma, os deputados dos diferentes partidos se comportavam de maneira semelhante, basicamente pautada por uma ideologia assistencialista numa relação clientelista.

⁴⁸ Dados do TRE - MG

O MDB local começa a se formar, no final da década de 70, com um novo grupo de políticos, predominantemente composto de profissionais liberais, mais intelectualizados e que engrossam, com qualidade, sua facção mais à esquerda. Este grupo mantém um estreito contato com a população de baixa renda da região, através dos trabalhos comunitários desenvolvidos na periferia de Montes Claros. Esse MDB em crescimento disputa poder de penetração popular com a ARENA, que tinha a seu favor, além das reminiscências coronelistas do estilo mais tradicional, o controle da Prefeitura e, portanto, maior facilidade para desenvolver suas atividades eleitorais, tanto na área urbana quanto na rural.

Nas eleições de 1978, a ARENA obtém mais de 70% dos votos destinados a partidos no município. São novamente expressivas as votações de Pedro Santos (estadual, 10.838 votos), Moacir Lopes (federal, 10.018 votos) e Antonio Soares Dias (federal, 9.209 votos). Já o MDB continua com a votação polarizada: como deputado estadual, Pedro Narciso com 9.282 votos e, como deputado federal, Mário Genival Tourinho com 9.687 votos. Ambos pertencem a famílias que freqüentam os grupos sociais mais tradicionais, não têm vínculos imediatos com a industrialização e alcançam a vida pública a partir da segunda metade dos anos 60.

A partir de então, começava-se a verificar mudanças no perfil sócio-econômico da cidade e da estrutura político-partidária propiciando o surgimento de lideranças periféricas em relação à elite local. O MDB local se apresenta, então, como o partido que agrega aquele núcleo de esquerda de classe média que lhe deu origem, sendo também um partido de lideranças conservadoras, que conseguem uma razoável resposta do eleitorado. Em termos de penetração popular, este partido se

toma um pouco mais eficiente quando seu vereador Luiz Tadeu Leite, advogado e radialista, eleito com a maior votação da história da Câmara Municipal em 1976, inicia um programa de rádio de muita audiência em Montes Claros. Estava nascendo aí um Líder Carismático, conforme será abordado no item 3.5.

No começo dos anos 80 surgem novos arranjos políticos em Montes Claros.

“Poderíamos caracterizar os novos partidos que se formaram da seguinte maneira: o Partido Democrático Social, PDS, concentra grandes empresários, grandes comerciantes, pecuaristas e médicos-fazendeiros. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, ainda que agregue médicos de renome local, como Mário Ribeiro da Silveira e Athos Avelino Pereira, é, em sua maioria, expressão da classe média montesclareense, concentrando professores, comerciantes e profissionais liberais. É também o partido de alguns sindicalistas, como José Paulo Ferreira Gomes (Sindicato dos Metalúrgicos) e presidentes de associações de bairros, como Osmar Pereira da Silva (Associação dos Amigos do Bairro Maracanã). Entre os partidos menores, verificamos várias distinções. O Partido Popular reúne lideranças tradicionais, como Geraldo Correa Machado, vários médicos e grandes comerciantes. O PTB, vários tipos de profissionais liberais O PDT, médicos e advogados de maior poder aquisitivo. O Partido dos Trabalhadores se forma a partir de jornalistas e comerciários. Confirmando as análises do sistema partidário brasileiro, em Montes Claros os partidos políticos não correspondem às clivagens de classe da sociedade local”.⁴⁹

A projeção da oposição em todo o país, acrescida das divergências internas do PDS, proporcionou a vitória do PMDB em quase todo o país, não sendo diferente em Montes Claros. O PMDB local obteve mais de 60% dos votos para a

⁴⁹ OLIVEIRA, E. *Nova Cidade, Velha Política: Um Estudo de Poder sobre Montes Claros – MG*.

Assembleia Legislativa e para a Câmara Federal. Seus deputados mais votados no município foram José da Conceição Santos (estadual, 24.230 votos) e Manoel da Silva Costa Júnior (federal, 19.830 votos). Apenas o primeiro tem bases eleitorais no município, onde obteve 73% dos seus votos; esta percentagem para Manoel Costa corresponde a apenas 13,3%. O PDS, que não atingiu 40% da votação naquelas duas instâncias, elege o deputado estadual Artur Fagundes de Oliveira (5.191 votos) e, para a Câmara Federal, Humberto Guimarães Souto (11.739 votos) e Antonio Soares Dias (6.219 votos).

Os interesses dominantes locais foram beneficiados num certo período pelo bipartidarismo, mas suas diferenças internas não se desfazem e uma única legenda partidária não as comporta. Por outro lado, a oposição se torna governo e terá, então, que enfrentar e se articular com os demais setores dominantes. Todo o processo político-partidário deve ser compreendido em função do esvaziamento do poder legislativo e do fortalecimento do poder executivo, verificado em todo o país nos vinte anos de ditadura militar. As Prefeituras e as Câmaras Municipais foram marcadas como objetos de lutas políticas locais, com algumas raras exceções, quase sempre referendavam o tradicionalismo da política, evidenciando assim a falta de autonomia da política local.

A partir de 1982 começa uma nova história política na cidade de Montes Claros, com a transição de domínio do poder político tradicional a um jovem rapaz, sem origem familiar oligárquica, representante da oposição, e com o respaldo de todas as entidades oposicionistas daquele período. Trata-se do Líder Político Luiz Tadeu Leite, cuja história será abordada no próximo item.

3.5. O surgimento de um novo líder político: a trajetória de Luiz Tadeu Leite

Luiz Tadeu Leite nasceu em 19 de fevereiro de 1953 na Santa Casa de Montes Claros, porém sua origem familiar é de Bocaiúva - MG, onde morou até completar o seu primeiro ano de vida, período em que ocorreu a morte de sua mãe. Após este acontecimento, Tadeu, como é conhecido, foi criado em Montes Claros pelos avós e tias maternas. Garoto de infância pobre iniciou os estudos primários na Escola Francisco Sá. Aos dez anos, por força religiosa de suas tias, foi para o Seminário Premonstratense e lá fez o curso preparatório para o ginásio, fez o ginásio, o clássico e um ano de filosofia, estava convicto de que sua vocação era sacerdotal. Veio o falecimento dos avós e devido à precária situação financeira que passava a família, Tadeu se obrigou a tomar uma decisão entre ficar no seminário e seguir a vocação religiosa ou sair para trabalhar e cuidar de suas tias, Tadeu saiu do seminário aos dezoito anos de idade, trabalhou nesta época, pouco antes de sair, como auxiliar administrativo, ganhando meio salário mínimo, na Faculdade de Filosofia de Montes Claros, antiga FUNM – Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, que foi transformada na atual UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. Em seguida, quando saiu deste emprego, Tadeu foi trabalhar na Rádio Sociedade em 1972, indicado pelo seu padrinho de batismo Mário Ribeiro, irmão do ex-Senador Darcy Ribeiro, ao Jornalista Elias Siuf. Nessa época, em pleno regime militar, o domínio político de Montes Claros era oligárquico. Tadeu confessa

que tinha, assim como grande parte dos jovens da época, ojeriza à política praticada naquele período, segundo ele, devido à sua formação humanística e religiosa obtida no seminário e na Escola Apostólica São Norberto, centro de pensamentos socialistas da época, onde fez parte do Grêmio Literário Padre Chico: “Lá era onde nos reuníamos todas as semanas para fazer discursos acalorados contra a ditadura, a gente podia falar lá, pois não havia olheiros para acompanhar a trajetória da nossa atividade política. Então funcionava assim, tínhamos grande liberdade dentro do próprio seminário de idéias, opiniões, influenciado pelos grandes humanistas, mas a gente sabia que as coisas no país não eram assim”.⁵⁰

Em 1973, Tadeu iniciou seus estudos superiores cursando Economia, na primeira turma da FADEC – Faculdade de Economia, concluiu o primeiro ano e lá foi aconselhado por Luis Gonzaga Pereira de Barros – Promotor atualmente aposentado – a fazer o Curso de Direito. Seguindo estes conselhos iniciou o Curso de Direito em 74, concluindo o bacharelado em 1978.

Quando Tadeu foi trabalhar na Rádio ZYD7 – Rádio Sociedade, esta era o único veículo de comunicação de Montes Claros, visto que a cidade contava com apenas uma rede de televisão, uma retransmissão da TV Itacolomy de Belo Horizonte, razão pela qual a Rádio Sociedade detinha uma audiência quase que total. Tadeu entrou na rádio para exercer o cargo de datilógrafo de redação, escrevendo os noticiários, tendo em vista sua experiência adquirida no seminário e na secretaria da Faculdade de Filosofia. Em seguida ganhou uma oportunidade de trabalhar como

⁵⁰ LEITE, Luiz Tadeu. Montes Claros, 26 de jan de 2001. Deputado Estadual de Minas Gerais e ex-Prefeito de Montes Claros. Entrevista concedida ao autor desta pesquisa.

locutor, transmitindo as reuniões da Câmara Municipal entre 1973 a 1975, mas desde então seu objetivo era ter seu próprio espaço na rádio:

“Eu tinha muita vontade de fazer meu programa próprio, nesta época faltou um locutor que tinha um programa que iniciava às sete horas da manhã e o Elias, com raiva, pediu que eu fizesse o programa, e eu comecei fazendo, mas com o seguinte alerta do Elias: ‘você fala pouco, porque sua voz é muita feia, sua voz é para apresentar propagandas’, então eu o perguntei qual era o nome do programa, e ele disse que o programa não tinha nome, aí eu dei o nome de Pagão de Pai e Mãe, porquê não tinha nome”.⁵¹

Ficou durante um bom tempo apresentando somente as propagandas, em seguida começou a colocar alguns comentários a respeito de diversos assuntos, a partir daí começou a ficar conhecido na cidade, devido à significativa audiência que tinha a Rádio na cidade. Este também foi um dos motivos de sua ascensão política.

Devido à grande audiência, Tadeu criou um novo programa que viria a ser um dos mais conhecidos da história das emissoras de rádio em Montes Claros: o programa “Boca no Trombone” dirigido por ele entre 1974 e 75. Pela primeira vez em Montes Claros, alguém começou a comentar os problemas da cidade e de sua administração.

“Lembro-me que criticava com muito jeito porque a rádio tinha fortes ligações financeiras, pois a prefeitura patrocinava muito, ajudava, então não se podia falar muito como hoje se fala, xinga e agride, nada disso, era um comentário muito jeitoso, criticava a falta de asfalto em algumas ruas, falta de energia elétrica em outras, pedia a prefeitura para tomar providências e isso

⁵¹ LEITE, Luiz Tadeu. *Entrevista citada*.

começou a crescer muito porque eu passei a ser um canal de comunicação do povo com as autoridades, muitas vezes eu pedia e a autoridade acabava fazendo e aquilo era creditado como tendo sido feito porque eu tinha falado e pedido providência, algumas vezes eu tinha falado sim e por isso tinha conseguido os créditos, enquanto outras vezes, a administração já tinha projetos para fazer e eu acabava sem querer ganhando os créditos por terem conseguido aquele benefício”.⁵²

Em 1976 Luiz Tadeu Leite foi candidato a vereador, pelo MDB, a convite do Pedro Narciso, organizador do partido na cidade. Tadeu foi eleito vereador com a mais expressiva votação da história das eleições à Câmara Municipal de Montes Claros⁵³, fato que chamou a atenção da imprensa nacional e o credenciou, aos 23 anos de idade, como o político – sem origem familiar tradicional – de maior notoriedade da cidade.

Este fenômeno extraordinário em comunhão com a credibilidade que o povo depositava em Luiz Tadeu Leite expressa duas das principais características propostas por WEBER, em sua obra *Economia e Sociedade*, para definir o surgimento de um líder carismático numa comunidade.⁵⁴

Tadeu continuou sua trajetória, agora como vereador e líder do MDB na Câmara Municipal e mantendo o programa de rádio de maior audiência da cidade. O Prefeito eleito deste período foi Antonio Rebello, então Presidente da ARENA na cidade.

⁵² LEITE, Luiz Tadeu. *Entrevista citada*.

⁵³ Dados do Cartório Eleitoral de Montes Claros.

⁵⁴ WEBER. *Op.cit.* p. 198.

Este período iniciava, em todo o país, movimentos em prol de uma abertura política e, em Montes Claros, não foi diferente, todas as alas de oposição política na cidade concentraram forças junto ao MDB para derrotar nas próximas eleições os representantes do tradicionalismo e do Regime Militar vigente nesta época, e talvez sem mensurar, estariam provocando a maior transição política da cidade, estavam prestes a quebrar a hegemonia da dominação política tradicional, até então nunca abalada.

O programa de rádio apresentado por Luiz Tadeu ainda permanecia como grande veículo de poder junto à massa que o ouvia. Ao desenvolver um trabalho de crítica às omissões ou irregularidades da administração local, bem como elogiando as obras efetivadas pela mesma, Tadeu acabou adquirindo credibilidade até mesmo de grande parte da sociedade que representava a situação política na cidade.

Com isso e juntamente com o trabalho de vereador que desempenhava: indo aos bairros pobres, ouvindo os carentes de assistência social e também os revoltados com o regime político imposto naquela época, bem como o trabalho de oposição que exercia na Câmara Municipal, seu nome foi-se tornando cada vez mais forte à sucessão do executivo municipal. Tadeu expõe da seguinte forma aquele momento:

“Eu intensifiquei meu contato com os bairros com as camadas populares, eu passei a ser muito identificado com o próprio povo, o povo viu em mim alguém que veio de baixo para cima, alguém que não era das elites da cidade, porque o Toninho Rebello era o legítimo representante das elites da cidade, e ele se

gabava de não ter nenhum compromisso com os bairros, com a gente pobre, com as favelas. ele era de origem ruralista, representava essa classe rural, era da ARENA, convicto mesmo e, ele não tinha nenhuma simpatia a atividade popular, era tradicionalíssimo e oligárquico. Ele segurou bem essa bandeira, bandeira essa de uma oligarquia que dominou Montes Claros no passado, que nós derrotamos em 1982, porque aí o vereador de 76 assume a prefeitura em 82, e desde então fomos aos bairros provocando uma mudança política em Montes Claros, havia a necessidade de uma renovação, e tive a honra de ter como meu companheiro de palanque Tancredo Neves, quando houve também em Minas uma grande virada”.⁵⁵

Na campanha eleitoral de 1982 o MDB representava o estuário de todas as tendências oposicionistas, tanto do Brasil como de Montes Claros. Havia comunistas, havia direitistas que discordavam do regime militar, bem como aqueles que no futuro fariam parte do PT.

Como candidato a prefeito de Montes Claros, Tadeu apresentou propostas populares, propostas que atendiam aos bairros e diretamente ao povo, começava o fenômeno populista, no sentido de uma mobilização popular em apoiar e depositar esperanças em um líder que provavelmente poderia resolver todos os problemas urbanos, bem como no sentido da arregimentação de forças políticas contra um regime oligárquico. Esta definição fica clara em suas próprias palavras:

“Não existia nessa época a idéia de obra em bairro, não existia esse negócio de asfalto em bairro, calçamento em bairro, posto de saúde em bairro, na época existiam apenas dois postos de saúde em Montes Claros, a Vila Guilhermina não tinha um metro quadrado de asfalto, não tinha calçamento, era terra, era lama, então nós fizemos uma proposta para que o povo gostasse. O

⁵⁵ LEITE, Luiz Tadeu. *Entrevista citada*.

candidato a governador da época era o Tancredo Neves, era uma virada em Minas, me lembro que Eliseu Resende foi o candidato a governador da situação, me lembro que ‘derramaram’ aqui várias camisetas brancas de Eliseu Resende, aí eu me lembro que nós aqui não podíamos comprar camisa era uma campanha pobre, me lembro que no fim do comício tínhamos que empurrar o caminhão para irmos para casa porque era um caminhão velho alugado, nós fizemos uma campanha muito pobre, não tínhamos condições de comprar camisa, então fizemos o slogan: A camisa é do Eliseu, mas o voto é do Tadeu, e o povo gritava: ‘A camisa é do Eliseu, mas o voto é do Tadeu’, essa era nossa maneira de manifestar, nós fizemos uma campanha paupérrima, mas baseada na vontade do povo em mudar”.⁵⁶

Nessa época o voto era vinculado, ou seja, todos os candidatos teriam que pertencer à mesma legenda, juntamente com Tadeu candidato a Prefeito Municipal, pertenciam à legenda José da Conceição para Deputado Estadual, Manuel Costa para Deputado Federal, Itamar Franco para Senador e Tancredo Neves para Governador de Minas Gerais.

Assim como sua eleição para vereador, Tadeu obteve uma votação muito expressiva, que superou os total dos votos dos outros três candidatos adversários juntos, a saber: Crisantino Borém, Hamilton Lopes e Moacir Lopes.

Aos 29 anos de idade Luiz Tadeu Leite assume a Prefeitura Municipal de Montes Claros, colocando um ponto final ao ciclo de transmissão de poder das famílias tradicionais que sempre houve na dominação política desta cidade.

⁵⁶ LEITE, Luiz Tadeu. *Entrevista citada*.

Luiz Tadeu Leite, vitorioso com grande expressão de votos e com todas as entidades oposicionistas o apoiando, sentiu-se na obrigação de satisfazer o desejo de toda a mobilização popular que se fez em torno de sua pessoa. Deu nome à sua gestão administrativa de “Administração Mutirão”, governou de tal forma que lhe rendeu forças junto ao povo para eleger o seu sucessor e se eleger para Deputado Federal e em seguida para o seu segundo mandato como Prefeito de Montes Claros. Tadeu fala com muita ênfase sobre seu primeiro mandato:

“Assumindo a prefeitura, nós fizemos um governo revolucionário, era uma turma de jovens que não tinha experiência administrativa, hoje eu posso falar, mas na época eles diziam que não era problema, mas é claro que isso era uma limitação, nós nunca tínhamos administrado muita coisa, não tinha nem casa para administrar, eu ainda era solteiro não tinha família para cuidar, e fizemos um trabalho assim inovador, porquê? Por vários motivos. Primeiro: Nós demos o nome de administração mutirão, na época o mutirão era uma marca, uma novidade, porque era a participação do povo nas obras; nós fazíamos mensalmente mutirões, nós íamos para os bairros da cidade, muitos bairros não tinham nada, e a gente levava máquinas da prefeitura, levava funcionários da prefeitura, conseguimos o apoio de algumas entidades que também levava máquinas para lá, fazíamos reuniões de preparação para o mutirão em todos os bairros com a presença do prefeito e do vice-prefeito da época, que era o Mário Ribeiro, nós íamos para os bairros capinar ruas, limpar as frentes das casas, pintar meio-fios, plantar árvores, até cortes de cabelo, consultas médicas, atendimento odontológico, tirar lixo das ruas, tudo naquele bairro e no mesmo dia, e no final depois daquilo tudo, depois daquela atividade muito bonita, feita voluntariamente, tínhamos ao final uma parte artística de cantores, uma atividade festiva, com discursos e pequenos shows, fizemos isso durante

nosso primeiro mandato todo, mensalmente havia um mutirão em cada bairro”.⁵⁷

Tal declaração, confirmada por diversos entrevistados que presenciaram este momento da política local, atesta a capacidade inerente deste político de arregimentar e mobilizar as camadas populares onde tem acesso.

Dentre outros pontos que Luiz Tadeu declara ter marcado sua primeira administração, ele destaca o Código Tributário Municipal, inspiração da Fundação João Pinheiro, com propostas inovadoras, tais como a lei de imposto progressivo sobre bem imóvel sem utilidade, que forçava o proprietário do imóvel sem utilidade objetivar função social ao imóvel, evitando assim os grandes vazios urbanos, também chamadas de ‘fazendas urbanas’ dentro da cidade. Destaca também a criação do orçamento participativo em 1984:

“Posso afirmar com toda certeza, foi a primeira cidade do Brasil a fazer o chamado orçamento participativo, esse que o PT se orgulha dele, que o Patrus fez em Belo Horizonte, em 84 nós fizemos o orçamento participativo da mesma maneira que ele foi feito posteriormente em Belo Horizonte, e em algumas outras cidades brasileiras administradas, sobretudo pelo PT, a gente ia para o bairro, marcava uma reunião com os moradores, falava sobre o orçamento do município para aquele ano, qual a verba que nós tínhamos, qual a verba que deveria ser gasta com pessoal, com despesas obrigatórias e as verbas de investimento, estas nós gastávamos com propostas populares. Nós, prefeito e secretariado, marcávamos reuniões nas regiões dos bairros, Montes Claros possui sete regiões administrativas, que nós criamos, reuníamos os líderes dos bairros, e dizíamos: A gente tem tal verba para gastar, para esta região é tanto para gastar e discutíamos as reuniões com o público, ouvíamos as propostas e anotávamos, fizemos um giro inteiro na

⁵⁷ LEITE, Luiz Tadeu. *Entrevista citada*.

cidade para ouvir as propostas, parávamos na prefeitura para analisar os pedidos, tinha coisas que eu não podia ceder que era caro demais, tinha coisas que eu cedia porque realmente eram acessíveis, definidas as obras que iríamos fazer, fazíamos uma nova rodada nos bairros para aprovar as obras que iríamos executar e fazíamos uma assembléia, esta aprovava as obras para o município no ano seguinte, aquilo era aprovado e certa coisa podia fazer certa coisa não, isso vai ser feito, e eles batiam palma, isso também e batiam palma, fechávamos isso com o público e levávamos isto para a câmara, a câmara aprovava e eu acompanhava a execução”.⁵⁸

E Tadeu continua dando mais amostras de sua inteiração junto às classes mais populares:

“Eu criei a participação popular dentro da prefeitura, obrigatoriamente eu atendia todas as quintas-feiras o povo, eram filas e mais filas, atendia um por um, e era gostoso esse contato, nós fizemos obras que eram ansiadas na cidade, como o novo mercado, o Parque da Sapucaia, instalamos lá um teleférico. As obras foram feitas junto com Tancredo Neves e em seguida Hélio Garcia, nós fizemos um grande trabalho com eles, fizemos um grande trabalho na área de educação. Foi um sistema revolucionário de administração, porque nós privilegiamos as regiões mais pobres da cidade, o povo, mas também fizemos praças nos bairros nobres como o bairro São Luís e outros, então não foi uma ação discriminatória, nós priorizamos aqueles bairros que nunca tiveram obras, mas fizemos obras nos bairros chamados de classe média, já que todos pagam imposto e merecem receber, porém, eu sempre percebi contra mim uma grande rejeição, eu era o filho do oco do pau, alguém que não tinha origem familiar, alguém que não tinha um parente importante, enquanto os filhos de gente importante da minha geração nunca conseguiram chegar a esses cargos públicos, eu sem nenhuma referência familiar, consegui, sem nunca ter perdido uma eleição. Isso até hoje nunca foi aceito em

⁵⁸ LEITE, Luiz Tadeu. *Entrevista citada*.

Montes Claros, isso é uma rejeição, Tadeu não podia ter chegado aonde chegou”.⁵⁹

A figura estilizada naturalmente e de forma imanente de Luiz Tadeu Leite tornou-se, na versão de muitos moradores da cidade, que viveram aquele momento de transição política e de transferência do domínio político, um mito de um líder carismático, onde ele mesmo endossa em suas palavras todo o fervor dos eleitores que o apóiam. Tadeu declara que sua pessoa desperta o ódio e o amor em Montes Claros, afirmando que têm pessoas que o odeiam e pessoas que o amam, sentimentos contraditórios e extremos, afirma que por sua causa já houve facadas em botecos de Montes Claros, brigas, confusões que chegaram à polícia e, que já houve até morte originada por discussão política. Tudo isso faz parte de uma história criada em torno da figura política de Luiz Tadeu Leite e que ele mesmo não consegue mudar. Ele declara orgulhosamente que cada um tem o seu motivo para o amar ou o odiar, mas que pelos resultados das eleições, o número dos que o amam é maior dos que o odeiam. A entrevista se encerra com um caso que vem ilustrar a manifestação provocada por um líder carismático, conforme a concepção de Max WEBER:

“A manifestação mais profunda que eu tive foi de um cidadão chamado Rosental Miranda, que já era um senhor aposentado, com cerca de 80 anos de idade e eu nesta época era Deputado Federal, e todos os dias que eu estava no escritório ele dizia que eu tinha que voltar para a prefeitura e, eu me lembro que ele se encontrava meio adoentado, durante as eleições para prefeito ele estava no hospital, as pessoas diziam que ele não passava de uma semana, e ele dizia que antes de morrer votaria em mim, e de fato ele saiu do hospital. Ele se apegou a mim como um pai, e ele dizia que para morrer tinha que votar em mim. Em uma certa região rural de Montes Claros, segundo ele tinha uns votos para mim, mas

⁵⁹ LEITE, Luiz Tadeu. *Entrevista citada*.

ele estava adoentado e nós pedimos para não ceder carro algum para ele, e ele disse que não faria isso, a mulher dele o advertiu: 'Não vai sair não Rosental', ele então foi votar na Escola Dulce Sarmiento e saiu, contrariando o pedido feito por sua esposa foi ao comitê e pediu um carro, ninguém cedeu o carro, então procurou um amigo que não sabia de nada e foi para Campo do Engenho, de lá ele mandou um bilhete para mim dizendo Tadeu vou ajudar você aqui, no mesmo dia, uma hora da tarde ele passou mal e foi levado para o hospital, à noite ele veio a falecer. Ele gostava tanto de mim que se apegou à idéia de que tinha que votar em mim, tanto que ele votou e depois de votar ele pensou: agora eu já posso morrer, essa é a idéia que eu tive dele ter falecido, ele votou em mim, foi me ajudar e acabou falecendo na estrada, vindo para Montes Claros; é a história mais bonita de minha vida política, de uma pessoa que antes de morrer tinha que votar em mim".⁶⁰

O sucessor apoiado por Luiz Tadeu Leite e escolhido por ele para continuar o seu trabalho foi Mário Ribeiro, seu padrinho de batismo e sempre muito próximo, pertencia à elite da cidade, mas sempre teve idéias socialistas, idéias desenvolvidas e modernas, foi preso no auge da ditadura como comunista, havia sido torturado e preso como acusado de idéias comunistas. Mário Ribeiro venceu as eleições de 1988 e assumiu a Prefeitura, deu continuidade aos trabalhos iniciados por Tadeu e estes mantiveram uma relação política amistosa até a campanha para Deputado Estadual, quando houve divergência no apoio definido antes das eleições para Prefeito. Apesar dos desacordos, Luiz Tadeu Leite mantém sua forte influência no domínio político da cidade até as eleições para prefeito de 1992, quando mais uma vez Tadeu demonstra sua força e se elege para o seu segundo mandato que durou até 1996.

⁶⁰ LEITE, Luiz Tadeu. *Entrevista citada*.

Durante o tempo de domínio político em Montes Claros, Tadeu sofreu várias críticas sobre sua administração e suas obras, tais como a prática do populismo demagogo; a construção do novo prédio da Prefeitura; a construção do ginásio poliesportivo, batizado popularmente como “elefante branco”; a construção do novo prédio do mercado municipal, por estar próximo à residência de Toninho Rebello, seu adversário político naquele momento; o calçamento das ruas que beneficiou empresa de pedreira que tinha sua participação; além de várias outras ilicitudes. Todas elas defendidas por ele.

CONCLUSÃO

O trabalho de pesquisa desenvolvido nesta dissertação, a partir das formas de dominação política apresentadas na teoria política de Max WEBER, propiciou o conhecimento dos tipos fundamentais “puros” de dominação política num determinado âmbito de exercício do poder político; criou a possibilidade de se fazer um estudo a respeito do populismo como fenômeno político resultante de uma forma de se dominar politicamente um Estado ou uma comunidade; bem como, em nível local, fazer uma análise comparativa, de personagens e fatos históricos ocorridos há vários anos.

A abordagem sociológica da teoria Weberiana demonstra como a sociedade pode ser um produto das ações humanas, seja por ideais ou por interesses. Em especial sobre a dominação política, num sentido mais amplo, como um dos elementos mais importantes da ação social, em sua teoria, WEBER expõe de forma clara, bem delimitada, as características que qualificam os tipos fundamentais, considerados por ele como “puros”, de dominação política: a *dominação burocrática*, baseada num sistema de regras racionais estatuídas; a *dominação patriarcal*, centrada no tradicionalismo e no patrimonialismo e que encontra seu fundamento na autoridade pessoal e na tradição sagrada; e, a *dominação carismática*, que foi o principal ponto de estudo deste trabalho, encontra o seu fundamento na entrega ao extraordinário, na crença no carisma, na revelação ou graça concedida a determinada pessoa – um herói ou redentor político, por exemplo.

No que tange à dominação burocrática, verificou-se que alguns fatores são preponderantes para a existência de uma autoridade burocrática, tais como a existência de uma forma de distribuição fixa das atividades regularmente necessárias para realizar os fins do complexo burocraticamente dominado, como deveres oficiais; a necessidade dos poderes de mando, determinados para cumprir estes deveres, estarem fixamente distribuídos, e os meios coativos (físicos, sacros ou outros) que eventualmente podem empregar, devem estar também fixamente delimitados por regras e a criação de providências planejadas, contratando pessoas com qualificação regulamentada de forma geral, para o cumprimento regular e contínuo dos deveres assim distribuídos e o exercício dos direitos correspondentes. E que uma estrutura burocrática plenamente realizada torna-se um complexo social quase que indestrutível, tendo em vista o seu caráter racional.

Na dominação patriarcal, observou-se que, num contraposto ao poder burocrático, é a submissão pessoal ao senhor que garante a legitimidade das regras por este estatuídas, e os limites de seu poder de mando têm sua origem em normas não-estatuídas, sagradas pela tradição. O poder de domínio patriarcal está inserido, pela tradição, na figura do “senhor” e caso o seu poder não esteja limitado pela tradição ou por poderes concorrentes, ele o exerce de forma ilimitada, arbitrária e sem compromisso com regras.

Esta pesquisa buscou estudar e abordar com mais ênfase a dominação carismática, vez que esta seria o ponto conclusivo para o procedimento comparativo de tipos entre a teoria Weberiana e o caso concreto de domínio político em Montes Claros. Neste sentido verificou-se que a dominação carismática, em

oposição a toda espécie de organização administrativa, não conhece nenhuma forma e nenhum procedimento ordenado de nomeação ou demissão, nem de carreira ou promoção; não conhece nenhum salário, nenhuma instrução especializada, regulamentada do portador do carisma ou de seus ajudantes e nenhuma instância controladora ou à qual se possa apelar; não lhe estão atribuídos determinados distritos ou competência objetivas exclusivas e, por fim, não há nenhuma instituição permanente e independente das pessoas e da existência de seu carisma pessoal, à maneira das autoridades burocráticas. Ao contrário, o carisma conhece apenas determinações e limites imanentes. O portador do carisma assume tarefas consideradas adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Observou-se também que o reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão e que a satisfação de todas as necessidades que transcendem as exigências da vida econômica cotidiana tem fundamentos no carisma.

Outro ponto abordado nesta pesquisa, especificamente no segundo capítulo foi sobre o populismo como fenômeno político ou estilo de proposta política para conquistar o domínio sobre uma massa. Ficou exposto que dois fatores são essenciais para identificação deste fenômeno: o *povo* e a existência de um *líder*.

Em análise, a pesquisa demonstrou que, por não contar efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática, o populismo não é uma doutrina precisa, mas um fenômeno que atinge uma massa delimitada, não por classes sociais ou categorias profissionais, mas por uma vontade específica em comum. Tendo em vista as diversas caracterizações apresentadas sobre o populismo, foram

classificados como populistas diferentes movimentos ou sistemas em distintas épocas históricas, como, por exemplo, na América Latina, onde se atribui em geral ao populismo caráter eminentemente urbano, relativo ao momento de transição, da estrutura oligárquica dependente para o desenvolvimento nacional, quando uma ponderável massa de egressos do campo, ao concentrar-se nas cidades, torna-se disponível à mobilização política. Mas, sempre destacando os dois princípios que norteiam o entendimento conceitual sobre o populismo: a supremacia da vontade do povo e a identificação deste povo com um líder que o represente, como o líder carismático tipificado por Max WEBER.

A pesquisa destacou também o populismo no Brasil, que teve início num período de crise do capitalismo internacional, que levou ao colapso o modelo agro-exportador em que estava fundamentada a economia brasileira, e também devido à crise da estrutura oligárquica de dominação política que se manifestou na Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas que, conforme o trabalho demonstra, foi o principal representante do populismo durante o tempo em que esteve no domínio da política brasileira, tendo em vista sua habilidade e facilidade em conquistar o povo e provocar enormes mobilizações populares.

E por fim a pesquisa buscou satisfazer a hipótese comparativa entre o tipo carismático apresentado por WEBER, abordado no primeiro capítulo deste trabalho, e a figura política de Luiz Tadeu Leite que foi o principal líder político em Montes Claros na década de 80. Desenvolvendo-se numa apresentação da dominação e transição do poder político em Montes Claros que teve início, com uma enorme mobilização popular, no final dos anos 70 e efetivada nas eleições de 1982.

Neste período o país encontrava-se imerso em um regime de extrema ditadura política. Em Montes Claros a elite dominante continuava em posição hegemônica, numa situação de dominação política patrimonialista. Sempre deixando claro para os movimentos oposicionistas que, na região, não só as terras tinham donos, mas também a política e a organização do poder, pois, a idéia de uma mudança política poderia romper o encadeamento hierárquico e familiar de transmissão de terras e de poder. Para isso o poder tradicional e a concentração de recursos aliados ao imperativo burocrático das organizações sociais criaram instituições de grande poder burocrático. A Associação Comercial e Industrial de Montes Claros - ACI e a Sociedade Rural foram as principais entidades que mais aglutinaram poder de decisão em nível local. Estas entidades reúnem as informações relativas aos principais negócios realizados na região e estão quase sempre presentes nas decisões tomadas pelo município.

A pesquisa abordou como os movimentos oposicionistas ao regime político militar de dominação oligárquica, que iniciaram, em Montes Claros, no meio estudantil e operário com o apoio da Ação Católica Mineira, tiveram uma participação fundamental para uma futura mudança política na cidade que viria ocorrer nas eleições de 82, com a eleição de um representante político que não teve origem nas principais famílias dominantes.

O estudo investigativo e o trabalho desenvolvido, com a apresentação da trajetória política de Luiz Tadeu Leite, foram pontos preponderantes para uma análise comparativa do estilo político do objeto desta pesquisa científica. Conclui-se que, diante das características apresentadas por WEBER para classificar a

dominação carismática, assim como exposto no primeiro capítulo, Luiz Tadeu Leite transformou-se, após o trabalho que desenvolveu junto às massas populares, antes (pelo rádio) e durante o seu mandato de vereador e por destino produzido pelos movimentos oposicionistas que encontraram nele o único ponto convergente para uma mudança radical da estrutura política patrimonialista que sempre dominou a cidade de Montes Claros, no verdadeiro líder carismático e que teve o domínio do poder local, com base nestas características, durante quatorze anos. As práticas administrativas aplicadas durante seus mandatos, sejam elas quais forem, são irrelevantes para descaracterizar, conforme análise tipológica, a figura carismática – do redentor político – que foi Luiz Tadeu Leite durante este período histórico de Montes Claros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)*. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro e Introd. José Augusto Guilhaon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ANDRADE, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias: trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa, relatórios de pesquisa, dissertações*. São Paulo: Atlas, 1990.

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1985.

ARRUDA JR., Edmundo Lima (org.). *Max WEBER: Direito e Modernidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino. *Dicionário de Política*. Coord. da tradução João Ferreira. 7. ed. Brasília: UnB, 1995.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência e Política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

BORGES FILHO, Nilson; ARRUDA JR., Edmundo Lima (organizadores). *Gramsci: Estado, Direito e Sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1986.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1979.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Poder, Política e Partido*. Trad. Eliana Aguiar. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel (As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci)*. Trad. e ed. Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 1986.

HABERT, Nadine. *A Década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996.

IANNI, Octavio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. 2. ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. *O Ciclo da Revolução Burguesa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil: 1500 – 1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *A Monografia Jurídica*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

LIMA JR., Olavo Brasil de. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Lusimar Silva. *Manual para normalização de monografias*. 2. ed. rev. e atual. São Luís: Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1993.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. *Manual da Monografia Jurídica: Como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese*. São Paulo: Saraiva, 1997.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. *Nova Cidade, Velha Política: Um Estudo de Poder sobre Montes Claros – MG*. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. *Monografia Jurídica: orientações metodológicas para o trabalho de conclusão de curso*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

PASOLD, Cesar Luiz. *Prática da Pesquisa Jurídica: idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do Direito*. Florianópolis: OAB/SC Editora, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RODRIGUES, Marly. *A Década de 50: Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *A Década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

ROSENFELD, Denis. *Política e Liberdade em Hegel*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SÁ, Nicanor Palhares. *Política Educacional e Populismo no Brasil*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

TABAK, Fanny (org.). *Ideologias - Populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. Trad. Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.

WEFFORT, Francisco Correia. *O Populismo na Política Brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Os Clássicos da Política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx*. Vol. 2. 9. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista"*. Vol. 1. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.